

Os peritos em imigrantes em colóquio

Decidimos convocar um colóquio subordinado ao tema “Desconfiança e insegurança de não nacionais em Portugal.” Dirigimo-nos a entidades oficiais que nos pudessem fornecer informação, como a Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Contactámos associações de imigrantes, umas mais antigas, outras mais recentes, umas mais politizadas, outras mais comunitárias. Falámos também com serviços religiosos de vária índole. Usámos o seguinte texto para os convocarmos:

No desenho metodológico inscrevemos “entrevistas não directivas” no espaço reservado à técnica de investigação a privilegiar. Não previmos tanta resistência dos entrevistados à nossa solicitação: “Fale-nos do que entende por Justiça” ou “Relate-nos histórias que tenha protagonizado ou de que tenha conhecimento directo sobre problemas de Justiça.” A vulgar bola de neve não funcionou. Com mais precisão, funcionou significativamente menos do que se estava à espera, por comparação com estudos com alvos nacionais; funcionou mal como noutros estudos referenciados sobre não-nacionais; funcionou em alguns dos nossos casos, em particular quando abordámos brasileiros.

Compreender esta dificuldade generalizada dos brasileiros, africanos e europeus de Leste em colaborarem connosco, em aceitarem conversar connosco e também em falar de Justiça, tornou-se indispensável.

O que é mais importante? A situação pessoal de insegurança ontológica? O processo traumático de adaptação a novas culturas? A instabilidade face a outras formas de religiosidade? A precariedade económica? A desconfiança sobre as nossas intenções? A desconfiança sobre a utilização da informação recolhida? A interiorização de uma atitude geral de não colaboração? O encobrimento de actividades pouco comuns em que estão envolvidos os próprios ou seus parentes ou amigos? A situação eventualmente ilegal como estrangeiro(a)? A precariedade da legalidade da sua situação como estrangeiro(a)? O trauma de uma vida perseguida por chantagens e abusos da ordem do inesperado? O empedernir dos sentimentos de solidariedade e colaboração que não sejam utilitárias? Uma redução do metabolismo às necessidades básicas, de modo a que as práticas cognitivas são secundarizadas? Será esta situação de distanciamento uma característica da situação portuguesa ou é uma dificuldade geral a qualquer abordagem a qualquer tipo de imigrantes não nacionais?

Queremos multiplicar a lista de perguntas e recolher alguns elementos de resposta para elas.

Pedimos ajuda a pessoas experientes no contacto com imigrantes.

O coordenador do programa
António Pedro Dores
Investigador do CIES/ISCTE

Todos os convidados se disponibilizaram para colaborar e participaram, excepto as entidades oficiais convidadas e a Casa do Brasil. Ocupámos quatro sessões ao longo do dia, sendo a primeira protagonizada por pessoas ligadas a entidades católicas que trabalham com não-nacionais; na segunda sessão foram ouvidas pessoas de associações com longa tradição em Portugal de representação comunitária; na terceira sessão falaram associações viradas para prestação de serviços, incluindo intervenção pública

sobre políticas de imigração; na última parte estivemos com religiosos estrangeiros que trabalham fundamentalmente com não-nacionais das respectivas áreas de influência específica. Cada uma dessas sessões revelou-se diferente entre si, no modo como os intervenientes reagiram ao nosso apelo, entretanto completado com um segundo folheto que lhes foi distribuído mais próximo do dia do colóquio, como forma de reanimar nas mentes os assuntos que ocupavam os investigadores:

O medo

Na pesquisa que estamos a levar a cabo, sobre prisão de não nacionais, para além de outros processos de pesquisa, decidimos entrevistar imigrantes em Lisboa oriundos de África, Brasil e países do Leste da Europa. Perguntamo-lhes o que pensam da justiça e se isso os obriga a uma aprendizagem em Portugal. Numa segunda entrevista pedimos aos mesmos entrevistados que nos dêem exemplos concretos de situações que viveram ou que souberam que outras pessoas possam ter vivido com a justiça, para ilustrarem o que possa estar na base do respectivo pensar sobre a justiça.

Uma das primeiras conclusões a que chegámos é que tais perguntas causam um sentimento constrangedor a muitos dos interpelados e até mesmo a alguns dos que aceitaram ser entrevistados. Sobre isso, a que chamámos provisoriamente “medo”, temos muito pouca informação. A única coisa que sabemos é que, aparentemente, a fala dos próprios imigrantes é entendida como um risco suficientemente grave para eles próprios se calarem. Ou até fugirem da entrevistadora, de forma atabalhoada, em contradição com a concordância em colaborar declarada numa primeira abordagem.

Provavelmente não é um sentimento espontâneo, mas antes o resultado de uma aprendizagem recente na sua vida. “Não dizer nada que possa vir a ser utilizado contra si próprio.” Isso explicaria porque uns aceitam falar e outros não. Uns se disponibilizam mais que outros a contar episódios da sua vida. Conforme a avaliação que façam dos riscos envolvidos na colaboração, ao nível da auto-confiança no uso das palavras e na confiança nas instituições. Alguns com razões de queixa do sistema de justiça e tendo confiança no entrevistador, por conhecimento anterior, decidiram colaborar abertamente. O que revela, por contraste, os constrangimentos dos restantes, desconfiados a ponto de fugirem para não terem que negar colaboração ou, apanhados nas teias da própria curiosidade, limitando a expressão das suas respostas ao mínimo indispensável para manter a relação com os entrevistadores, como aconteceu com a maioria dos casos.

A avaliação da qualidade da informação recolhida, bem como a sua interpretação, dependerá, pois, da maneira como os não nacionais entendem o sentido do nosso pedido e de como estabelecem uma estratégia de integração na sociedade portuguesa, de que o sistema de justiça é uma das componentes e as nossas entrevistas um episódio.

Partindo do princípio que o medo é um sentimento recorrente, ou até constante, no seio das comunidades imigrantes (especialmente nos casos mais pobres) propomos as seguintes perguntas:

- a) Os empregadores mobilizam o medo dos imigrantes para aumentar a disponibilidade destes últimos nas suas tarefas laborais? Sob que formas?
- b) As organizações de solidariedade acolhem o medo dos imigrantes com alguma finalidade própria? Por exemplo, a noção de representação de “comunidade” não se refere a uma representação defensiva dos que ainda precisam de ser protegidos, de que estão excluídos os de terceira ou quarta gerações ou os

melhor sucedidos das primeiras gerações?

- c) As autoridades administrativas e policiais utilizam o medo como instrumento de segurança e ordem? Como?
- d) O sistema de justiça mobiliza o sentimento de medo dos imigrantes para os persuadir de cometerem ilícitos? Sob que formas?
- e) Os jovens de segunda e terceira geração como vivem o medo e a revolta?
- f) O que é o medo?

O que é o medo? É uma emoção, nos termos da concepção de António Damásio, que mobiliza de certo modo as energias corporais e mentais dos seres humanos, nomeadamente reduzindo as capacidades mentais e aumentando a capacidade física de reacção em tempo útil a qualquer ameaça.

O medo pode ser instantâneo e fugaz, por ocasião de um susto, por exemplo. Ou pode desenvolver-se de modo a constituir parte integrante, mais ou menos central, do carácter, da personalidade, da mentalidade de uma pessoa, grupo ou sociedade. Norbert Elias (1990/1939), no capítulo que dedica à vida dos cavaleiros medievais, explica como a honra da cavalaria se relacionava com a maior capacidade, socialmente desenvolvida e apreciada, de usar as emoções de medo para potenciar reacções bélicas, hoje ditas de defesa. Como o autor mostra, a pessoa do cavaleiro, para quem o respeito pela sua linhagem e pelos actos de bravura ancestrais, assim como a manutenção dos direitos senhoriais familiares e clânicos, passavam pelo confronto com os desafios violentos dos seus amigos e inimigos, aliados e concorrentes, desenvolvia de modo “natural” e estável uma personalidade emocionalmente arrebatada. É nesse quadro de relações que se entende a centralidade dos valores de fidelidade pessoal, evidentemente relevantes num contexto de guerra de todos contra todos, com poucas mediações institucionais capazes de criar ambientes sociais de violência controlada, como são os mercados. Neste caso podem dispensar-se as relações de fidelidade pessoal, favorecendo o que se veio a chamar individualismo.¹

O medo socializado de que falamos não é o medo ocasional. É um medo estrutural que condiciona as relações quotidianas das pessoas com ele envolvidas. No caso dos imigrantes, o medo refere-se à precariedade da sua situação profissional, familiar e social, em profunda transição – que, como sabem os sociólogos e antropólogos, será traumatizante pelo menos ao nível da persistente desidentificação com a sociedade de origem e, também, a sociedade de acolhimento, trauma que pode durar várias gerações – e também à vulnerabilidade à doença, física e mental, que pode ser potenciada por intervenções políticas, sociais ou policiais do Estado. É um medo que torna os imigrantes pessoas com maiores necessidades de utilizar segredos, tabus e rituais de auto-tranquilização do que outras pessoas, que jamais arriscaram tanto a vida. Esta experiência de medo socializado terá uma componente neuro-biológica que a acompanha e que configurará biológica, mental e socialmente os corpos dos imigrantes e os respectivos comportamentos, cf. Dores (2005a).

Não-nacionais, para além de imigrantes, inclui turistas, pessoas em viagem de negócios, pessoas de passagem entre pontos de partida e chegada não-nacionais. Na prática, houve

¹ Não cabe aqui fazer a crítica da perspectiva de Norbert Elias. Assinem-se, porém, dois factos: a fidelidade continua a ser um tipo de relação importante tanto na vida política como na vida económica, como geradora de níveis de confiança susceptíveis de viabilizar (ou não) certo tipo de desenvolvimentos (cf. Fukuyama 1996). A violência não se foi extinguindo com a expansão dos mercados: o inverso pode ser defendido (Cf. Hobsbawm 1994). Porém, essa violência é exercida de modo a não inibir o funcionamento dos mercados, é exercida nas suas margens.

entrevistas realizadas a não imigrantes – um casal africano a receber cuidados de saúde, e que estava em casa dos filhos imigrantes, que não aceitaram ser entrevistados, é um exemplo raro. Houve também entrevistas realizadas a imigrantes que estão em Lisboa a estudar ou que ficaram depois dos estudos em trabalhos de apoio às comunidades respectivas. Mas, sem dúvida, o tema predominante foi a imigração de pessoas com baixas qualificações reconhecidas nos mercados. Imigrantes mais qualificados não se encontram nas ruas ou nas organizações de apoio aos imigrantes, a não ser nos casos em que trabalham nessas organizações. Tendo em conta o que fica dito, para o efeito do presente exercício, tomaremos os termos não-nacionais e imigrantes como sinónimos, sabendo que não o são de facto.

Os convidados reagiram de formas significativamente diversas à propostas iniciais, de acordo com as respectivas diferentes maneiras de viver os problemas da imigração em Portugal. Essas diferentes formas podem ser caracterizadas com utilidade, em termos analíticos, utilizando o quadro teórico que temos vindo a desenvolver.

Fig 3.1. Estados-de-espírito das quatro sessões do colóquio (referidos a planos)

Sessão do colóquio	Estado-de-espírito
com religiosos portugueses	Ênfase no plano bioético
com associações mais antigas	Ênfase no plano antropológico
com associações de serviços	Ênfase no plano jurídico
com religiosos comunitários	Quando a presença do medo se revela já não só como objecto de análise, mas também como limite às interacções entre os intervenientes

Os religiosos portugueses centraram as suas atenções nos eixos afectivos e sentimentais, isto é nos problemas básicos de sobrevivência humana, através de uma estratégia de mobilização da sua própria vida comunitária religiosa como forma de protecção e solidariedade oferecidas contra as instituições estatais e contra as adversidades em geral. Fazem-no em nome de uma instituição especial, a Igreja Católica ou algum dos seus ramos, cujos contornos institucionais são tão atenuados quanto possível aos olhos dos imigrantes mas, ao mesmo tempo, servem para confrontar, nomeadamente através de canais próprios desenvolvidos entre o Estado e a Igreja, as instituições nacionais com as necessidades dos pobres, dos desfavorecidos e em especial dos imigrantes. Noutras sessões os estados-de-espírito foram diferentes:

Os membros das associações tradicionais de imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa centraram-se no que chamámos plano antropológico, isto é assumem-se como representantes de comunidades, cuja existência simbólica realizam, concretizando as respectivas direcções discursos de pressão junto das instituições estatais para que apontar os obstáculos persistentes, evidentes, calculados, eventualmente evitáveis à integração dos membros das suas comunidades na sociedade de acolhimento. Sente-se uma negatividade que se quer ultrapassar, mas que se torna socialmente recorrente e mesmo natural, digamos assim, de tal modo que o discurso da integração social se produz a partir do lugar da comunidade marginalizada, ao contrário do que se poderia esperar numa câmara de comércio entre países, por exemplo.

As associações de serviços, como as designámos, por sua vez, descentram-se quanto podem do comunitarismo das associações tradicionais mas partilham com estas a

pressão junto das instituições do Estado. Neste caso não é a comunidade que é apresentada como receptáculo privilegiado das acções de integração social, mas antes o direito geral, a confiança de que a dignidade humana dos imigrantes está pendente do reconhecimento institucional, que por sua vez tarda. Não são organizações de cariz religioso ou comunitário: são organizações cívicas que recorrem mais do que as primeiras à politização das questões como forma de obterem resultados por via dos direitos de cidadania.

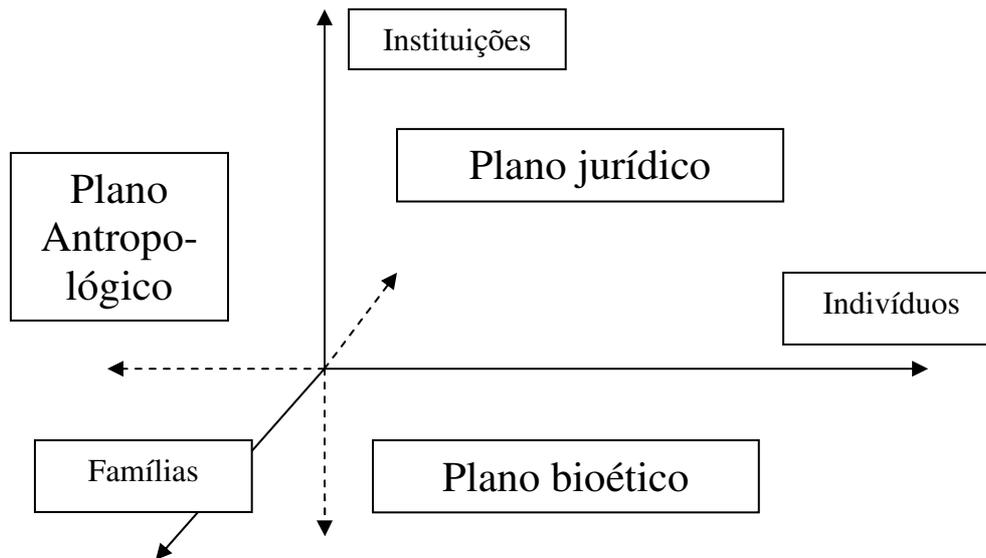
No caso dos religiosos não-nacionais, o ambiente tornou-se muito mais parecido com o ambiente das entrevistas, caracterizadas pelo que chamámos medo e respectiva contenção pessoal e mental. Graficamente pode interpretar-se este estado-de-espírito como a reacção de um ouriço-cacheiro ou um bicho-de-conta quando ameaçados: recolhem-se em torno do seu mínimo ser, junto da origem dos eixos. O facto de serem representantes de organizações religiosas concorrentes das organizações religiosas dominantes localmente fá-las estar nesse terreno em condições sociais equivalentes às dos próprios imigrantes económicos, dada a respectiva precariedade e fragilidade, nomeadamente por não poderem competir com os recursos de influência da Igreja Católica a todos os níveis, sociais, culturais e políticos.

Analisemos em maior detalhe os discursos obtidos nas quatro sessões do colóquio.

Moral acrata e proselitista fraternal

Em termos analíticos, se a nossa intuição sobre o estado-de-espírito que dominou a primeira sessão estiver correcta, a transcrição deve poder demonstrar um certo alheamento relativamente aos poderes temporais (distância ao eixo vertical do grafismo que usamos para representar o espaço dos estados-de-espírito, que se refere à superioridade das instituições e à diferença entre as pessoas que estejam acima e abaixo destas). O plano bio-ético, que se opõe ao eixo das instituições, refere-se à pessoa humana situada no quadro das relações de reprodução social, isto é ao nível dos relacionamentos que estabelece com a família de origem, com formas de fraternidade social e com a família constituída ou a constituir, independentemente da organização política e económica da sociedade. A disponibilidade fraterna da inspiração religiosa que é oferecida aos imigrantes centra-se na compreensão das necessidades de luta contra os diversos factores de morbidade individual, que fragilizam a pessoa e diminuem as possibilidades de reprodução social, independentemente da sua condição materialmente definida..

Fig 3.2. - Planos e eixos de análise de estados-de-espírito



Discussão da acessibilidade ao contacto com os imigrantes

A nossa solicitação de diálogo foi interpretada como um pedido de colaboração entre entidades concorrentes. “(...) o mundo académico... estar a aliar-se a esta causa é muito importante.” “Trouxe uns livros ...” para mostrar! Assim começou a auto-apresentação dos convidados. E continuou: “Pois eu tenho tido imensos contactos com várias faculdades que estão a fazer pesquisa. E têm chegado à conclusão de que realmente a única forma de conseguir tem sido um pouco através das instituições. A nossa instituição tem sentido alvo, entre aspas, de vários inquéritos.”

A melhor colaboração decorre, portanto, nos terrenos já objecto de reconhecimento pelas instituições sociais, no sentido goffmaniano, isto é como entidades “informadas” (cf. Dores 2001). A concorrência será entre os teóricos, que (como no presente exercício) preferem distanciar-se das realidades para melhor as entender, e os que no terreno sofrem pessoal, fraternal e quotidianamente as provações dos imigrantes.

Uma estudante “estava a fazer o Mestrado, não tinha conseguido entrevistar nem uma [pessoa] até ali. Já andava há dois meses.” Trata-se de uma sã concorrência, sem ressentimentos: “o ir até eles (...) mesmo connosco é difícil.” Uma concorrência de trocas: “E a única forma de conseguirem realmente [contactar imigrantes para entrevistas] é primeiro, com eu ou alguém da instituição ir com a pessoa ao início falar a quem lá está. Depois, já sabe, enfim, conforme vão entrando (...)” Mais adiante, quando ficou clara a nossa intenção de evitar o acesso por via institucional, para evitar eventuais enziejamentos da nossa amostra, e do sucesso relativo dos nossos pedidos de entrevista, foi afirmado: “Na rua, se tiver algum sucesso é mesmo uma grande sorte. Quem respondeu... foi uma sorte, porque eles não respondem na rua.”

Nesta reacção poderá estar contida uma dupla surpresa: a) é possível aos universitários aceder directamente ao mundo exclusivo dos imigrantes; b) que os “informados” proselitistas não são, por esse facto, significativamente melhor recebidos do que os académicos utilizadores ocasionais dos imigrantes como informadores.

Aliás, a sequência dos raciocínios levou-nos a um ponto de auto-questionamento: “As pessoas também não se abrem mais um bocadinho porque já começam a não confiar em ninguém... e se descobrem que as nossas organizações [católicas], não é, têm ligações, enfim, com outras coisas, estamos mesmo feitos, não é?” Para o que é que os imigrantes

servem, para a vida daqueles que, informados e organizados, religiosos ou profissionais, teóricos ou práticos, fazem deles uso?

O centro da sessão, todavia, foi a apresentação por parte dos convidados dos respectivos saberes de experiência e reflexão feitos (bem assim como dos respectivos enquadramentos institucionais que ficaram fora de questão). Os imigrantes de Leste foram os primeiros a ser mencionados. “(...) uma Páscoa ucraniana em Arroios tem duas mil pessoas. E certamente, não sei, mas se calhar mil e seiscentos são ortodoxos, estou assim a mandar para o ar. Mas vêm todos (...) as grandes concentrações feitas de imigrantes foi a igreja que fez até agora. Ninguém consegue.” São os membros das ondas mais recentes de imigração, sem tradição anterior, sem conhecimento da língua portuguesa, com uma postura que inspira, em Portugal, sentimentos de reverência tradicionais perante os povos nórdicos, mais contidos e educados que os autóctones. São cristãos de confissão ortodoxa mas não podem contar com os religiosos ortodoxos, em Portugal. Ou estes últimos não têm condições de garantir a realização dos principais rituais. Ou a imigração trouxe consigo uma transferência de fidelidades entre a Igreja Ortodoxa e a Igreja Católica.

“Os imigrantes de Leste são por natureza, por razões culturais e sociais extremamente desconfiados. E não tem só a ver com a questão da ilegalidade. Tem a ver com uma questão de sobrevivência no passado. Não podem dizer mais do que aquilo... uma palavra a mais pode significar a morte. (...) foram baptizados às escondidas. (...) ‘Até aqui os russos estão por detrás. Estão a dominar isto tudo.’ [- dizem]. Os ucranianos têm de facto um certo pó. (...) são extremamente individualistas, são muito tímidos, muito... têm muito medo.” A história dos respectivos países está encarnada em cada um. A ponto de nos dizerem: é “mesmo à russo, o medo da perseguição. Muitas vezes concreta, outras vezes com alguns sintomas do passado, que até nem é real, mas têm muito medo, sem motivo (...) o tal medo, fica... fica sempre.”

Os portugueses podem usufruir da história para nós desconhecida do Leste europeu através do convívio com estes imigrantes, sem que seja necessário que cada um deles seja um historiador. Bem como em sentido contrário: os imigrantes, se questionados e autorizados, poderão ser uma fonte importante de historização, de racionalização, das nossas cicatrizes históricas vivazes e recalçadas, que entre nós jamais poderão ser questionadas da mesma maneira que o fará, naturalmente, quem beneficia de outra experiência e de outra memória incorporada. Assim se possa estabelecer o diálogo.

Esta troca de sensibilidades entre povos diferentes poderá que ser organizada. Não é fácil: “achavam que ao comer davam a entender que estavam com fome, que estavam fracos e como eles queriam parecer que estavam bem, que estava tudo sobre controlo tinham vergonha de pedir.” A dignidade humana, o direito de poder ser considerado igual a um nacional, não dar parte de fraco, pode levar – e tem vindo a levar, embora raramente noticiada – imigrantes à morte pela fome. “(...) eles têm um pânico de responder a inquéritos.” No inquérito não é explícita a relação de subordinação. E os entrevistados esforçam-se por evitar sinalizar a sua posição de fraqueza, porque isso os enfraqueceria mais. Porém, a subordinação está implícita e não pode, nem deve, ser ignorada ou desproblematizada.

A entrevistadora tem de ser doce e simpática, procurando minimizar as desigualdades reais e as dificuldades de compreensão mútua. É praticamente um acto de sedução, ainda que apenas profissional. Não admira que isso mesmo, o carácter profissional da entrevista, tenha tido que ser lembrado por vezes para conter avanços amorosos. Apesar das desconfianças e dos traumas, a vida continua e a integração social é uma tendência natural das pessoas: podem permitir que se estabeleça “uma relação mais profunda, de muitos anos de convívio[, e] até já começam a convidar para ir lá a casa,

porque o filho faz anos ou porque é Natal ou porque é a Páscoa.” Ora, para quem procurar precisamente ultrapassar, tão rapidamente quanto for possível, a situação de isolamento imigrante, como pode não considerar submeter-se a essa relação com pessoas socialmente integradas? Das universidades, das igrejas, mesmo se não se domina lá muito bem a relação, podem vir oportunidades de abertura ao mundo e às instituições, não apenas em condições de hiper subordinação. Os não-nacionais, afinal como os nacionais, estão à mercê do pedido de colaboração dos investigadores sociais. Se é verdade que sentem automaticamente medo – quem o não sentiria, escaldado com as peripécias de um processo de imigração clandestino? – também é verdade que terão que superar tal sentimento como condição para a própria realização do programa migratório que protagonizam. A menos que a desconfiança previamente elaborada contra os estudos seja mais forte. A menos que haja “uma parte escondida, para guardar”, que há sempre, ainda muito viva nas suas consciências, incapazes de conterem tais segredos, desejosos, ao contrário, de os revelarem para alívio pessoal. Como nos afixam os nossos convidados, “são histórias transgressivas todas elas. De um modo ou de outro são transgressivas, (...) cheias de sofrimento (...) eles vêm ter connosco (...) [para] uma escuta psicológica... [para terem] alguém que os oiça.” Mas precisam primeiro de ter garantias, que o investigador fugaz não pode oferecer, ou não fosse a sua função, precisamente, publicar aquilo que aprendeu.

Outro obstáculo à comunicação entre académicos e “imigrantes” são as classificações usadas: “Mesmo os legais, mesmo os que estão completamente integrados, detestam que se diga, ‘Olha, aquele senhor também é do mesmo país e veio da mesma cidade...’ (...) Qualquer forma de identificação é grave. Eles detestam isso. E já me tem acontecido, até com dois médicos do mesmo país e da mesma universidade, embora de anos diferentes, sentarem-se à minha frente e não se falavam (...) os de Leste, são muito individualistas. O fim-de-semana dificilmente vão para um sítio onde estão outros colegas, outros imigrantes. Cada um por si.” A decisão de imigrar, de mudar de vida, é uma decisão profunda de consequências irreversíveis e, sabe-se dos estudos de imigração, problemática por gerações a vir. Olhar para trás como desejo de retorno é uma coisa, olhar para trás com revolta pela injustiça (de não ser possível viver com as altas qualificações escolares e profissionais adquiridas) é outra. Qualquer dos exercícios, porém, pode ser traumático e é pessoalmente profundo e complexo. “acontece com os nossos portugueses no estrangeiro. (...) não gostam de trabalhar com portugueses. (...) dizem-me, ‘Eu quero estar longe dos portugueses’, porque o ambiente entre eles é de muita inveja.(...)”

Uma das consequências das migrações é o confronto de culturas, no sentido de práticas quotidianas incorporadas. “(...) eles aqui têm um choque cultural gigante.” A este nível também existem dificuldades, desde logo no domínio da língua. Não apenas da expressão oral e no uso do vocabulário e das suas respectivas conotações, como também na dificuldade, não raras vezes impossibilidade, de comunicar sentidos e sentimentos próprios das culturas de origem mas intraduzíveis ou de que se desconhecem os processos de tradução. “Eles acham que os portugueses são um bocado acelerados demais para eles. Atiradiços. Então, é engraçado (...) Nós somos muito do toque, a falar.” Isso leva à dispersão da atenção para ‘detalhes’ que impedem a comunicação. “‘Não, não gostei. O que é que ele queria?’” reclama uma imigrante de Leste que “não achou lá muito bem a forma de ele a olhar.”

Outra dimensão de problematização dos condicionamentos da acessibilidade dos investigadores à sinceridade dos informantes não-nacionais é espacial. São “importantes os lugares [de contacto] (...): [se] se vai num bairro, por exemplo, onde há já uma certa

estabilidade, onde há uma ligação. [Ou] então, como as pessoas estavam no SEF, à espera, com a senha, à espera (risos).”

Os três tipos de imigrantes

Para quem trabalha no terreno, os imigrantes dividem-se em três grandes tipos de acordo com os territórios sócio-geográficos e culturais de origem: os de Leste, os brasileiros e os africanos, por ordem inversa da sua chegada a Portugal. O que nos sugere a reflexão de terem sido os “informados” goffmanianos, os trabalhadores sociais e principalmente as respectivas instituições, quem produziu a informação classificatória dos chegados de novo que, de seguida, foi difundida por toda a sociedade, incluindo os meios académicos que se interessaram pelo assunto. Seja como for, não houve a menor contestação da nossa tri-tipologia por parte destes nossos convidados, apesar da consciência experimentada do desagrado dos visados. Tri-tipologia essa que é um acolhimento acrítico das maiores agregações estatísticas das nacionalidades dos imigrantes, de onde foram excluídos os outros europeus e os norte-americanos, que, em geral, vivem no seio das classes médias portuguesas e não nas margens da sociedade.

Os de Leste começam a reunir as famílias. “**A maior parte está sozinho.** Já começo a sentir que já não é tanto assim (...) Vêm muitas mulheres (...) Vêm casais (...) depois vieram as mulheres dos homens, alguns já têm filhos.”

Em contraste com outros, o “imigrante eslavo não é infantil de todo. Foi muito habituado a ser... controlado e ser organizado, toda a vida, desde que nascia era... era... estava decidida e destinada, e portanto, eles tinham muito pouca intervenção na sua vida (...) Umás estão perturbadas porque passaram por situações muito complicadas. Tenho de facto pessoas a saírem dos hospitais todas partidas pela máfia. Portanto, realmente nunca se deve desvalorizar um susto, mas a cultura... a máfia usa muito a cultura do medo que eles têm. Isso é uma autêntica cultura do medo. E a máfia utiliza isso.”

“(...) eles também não têm formação religiosa, não têm formação religiosa” Vivem uma religiosidade “tradicional. [Fazem] gestos sem perceber porque é que se faz...” Era como nós, antes do Vaticano Segundo: “não percebo nada da missa, estou ali duas horas, etc, mas é um recuar no tempo.” A comunhão num qualquer ritual – católico em vez de ortodoxo, por exemplo – não evita o isolamento pessoal, que a laicização cidadã eventualmente também proporcionaria. “Que momentos é que eles têm agregadores com alguma insenção? (...) Nós lá fora é também a religião que congrega a comunidade portuguesa, é a religião. Porque a religião, a meu ver, toca com estas convicções mais íntimas e também das mais primitivas, digamos assim, não é, dos medos. Quantos imigrantes o que resta não é a religião para ganhar auto-estima?”

Trata-se, portanto, de uma oportunidade de exercício religioso extraordinário, diferente do que acontece com os outros grupos de imigrantes, (“Nós em dois anos temos cá oito padres da Ucrânia...”) na qual se experimentam estratégias definidas: “eles têm direito a receber o culto na língua deles, na língua mater que é muito importante (...) Nunca criámos um indivíduo que siga os brasileiros, Caparica, Mafra, Quinta do Conde, alguns grupos também no Algarve, etc, mas os bispos criaram em Maio passado o coordenador nacional, que não tem tanto a ver, é curioso, há três dias entendi isto, com o apoio religioso. Tem [a ver] com o acompanhamento destes padres, porque caem num mundo, num mundo...” muito diferente.

Os serviços religiosos não são os únicos a desenvolverem estratégias especiais para os imigrantes de Leste. “As associações de Leste (...) que existem neste momento, cinquenta por cento ... não há nenhuma que realmente ... é aquela que é! Está ali mesmo para ajudar e pelos vistos sem outro interesse que não seja arranjar logo ali uma

fortuna e vender coisas que não são verdade que é o mais preocupante.” No mesmo terreno de proximidade com os imigrantes de Leste, trabalham imigrantes por conta própria: “temos que estar sempre a adaptarmos, é preciso muita imaginação, para cortar porque a concorrência que nós temos que fazer a uma rede de máfia é ir-lhe trocando as voltas. E, primeiro, não é preciso entrar em confronto, mas [deixar] perceber que não nos amedrontam (...) andei um bocadinho aflita, mas já passou. Mas cheguei à conclusão que não iam fazer mal. Nós éramos a continuidade da rede deles. Porque eles cobravam o dinheiro [sem nos apercebermos disso] e nós é que fazíamos os serviços [grátis], o que era um bocado escandaloso para nós. Porque eles cobravam pela nossa morada. Eles vinham já do país de origem com a nossa morada [tendo pago pela informação].” No nosso próprio local de atendimento “havia um senhor cuja profissão era ir dormir lá à noite. Cobrava aos outros para estar lá a marcar o nome”, até ser descoberto. “(...) são pessoas muito... muito frágeis. E que... a imaginação faz parte da sobrevivência.”

Os africanos são referidos através de outros estereótipos. “(...) nós [, as organizações religiosas de solidariedade] ficámos, como diz aqui, com os velhos, com os velhos imigrantes, a velha... ficámos com esta... que são casos sociais que se arrastam à bastante tempo, enfim, e que já ninguém mais se interessa por eles, porque não são novidade (...) é uma comunidade de facto, que foi guetizada no passado, ainda hoje é, onde se habituaram a sobreviver entre eles, quer a nível do mercado de trabalho, a nível da habitação, não esqueçam os bairros, que são uns autênticos guetos (incompreensão) onde de facto há muita cumplicidade e onde há um património que é sigilado, (...) ‘Aqui só entramos nós’, não é? Há informações que são reservadas (...) Eu frequento as famílias africanas, dou-me muito bem, (...) eu vou lá Domingo à tarde e está cheia a casa. Um foi visitar o outro, para aqui para acolá, depois improvisa-se ali uma cachupa, janta-se (...) por exemplo, é mais fácil uma religiosa entrar numa casa africana que um Padre. Que ela não tem o peso institucional e ela é mulher (...) as associações africanas, enfim, não têm fim. (...) porém há também esta instituição que é o bairro (...) nos africanos houve alguns casos de líderes associativos pouco correctos do ponto de vista financeiro (...) contrariamente ao que foi feito para os brasileiros e para os... para os africanos, nunca mandámos vir padres de África. É curioso também nesse aspecto.”

“Os brasileiros, também, ainda... este novo fluxo que chegou agora também é difícil, um bocadinho, de penetrar, porque está muito marcado pela ilegalidade. (...) tem crescido muito uma organização em Lisboa que é a Casa do Brasil, de facto que permite múltiplos serviços. (...) enfim, é um drama social. (...) Os brasileiros estamos a ter mais dificuldades. Este fluxo... o primeiro fluxo não conseguimos penetrar, que era muito qualificado e tal, muito qualificado. Então, quando ia à Casa do Brasil à uns anos atrás, eu sentia-me até mal, porque enfim, tento-me não identificar com elites imigratória, (...) Hoje vem o pé descalço. Hoje temos mineiros, Minas Gerais, gente ingénua, mas impressionantemente ingénua, que, ‘Está tudo legal’, ‘Mas você não vê...’, ‘Está bom...’, ‘Você não pode... não deve andar em lugares públicos, está ilegal’. Depois fazem rusga na Caparica, apanham cem, estavam todos ali, tranquilamente, a ver o espectáculo. E portanto, nestes aqui, mesmo a nível religioso, que é uma das dimensões do meu trabalho, não conseguimos reuni-los. Não conseguimos penetrar, (...) há uma gaveta que também ninguém entra porque é de facto... esta história... o aspecto mais transgressivo que ela tem, não é? (...) muitos são de Comandante Valadares, que é uma grande cidade brasileira de Minas Gerais, que é... o dólar é a moeda que se utiliza, porque tem uma tradição de emigração para os Estados Unidos. (...) temos contactos

com o Bispo das Migrações do Brasil, etc, a rede que eles criam entre eles traz gente, 'Não diga para virem neste momento, então o senhor está a passar mal e agora diz para virem', e a malta vem, a malta vem. E até passam na fronteira... (...) Os voos são passados a pente fino, por exemplo, no aeroporto de Lisboa são quase diários que vêm do Brasil, aquilo é passado a pente fino. Portanto... eles têm outras alternativas, mas não nos contam... (...) Mas o brasileiro no panorama migratório sente-se de primeira. De primeira mesmo, hem. Porque há um acordo, porque é uma grande potência, não é? (...) A mulher brasileira, são histórias uma atrás das outras, serem apalçadas no emprego... (...) a negra também é desejada pelo homem branco. (...) [Mas] a imagem que exportam do Brasil, não é, é a imagem da mulher, boas praias, boas mulheres, etc e tal... (...) é o estigma do assédio sexual. (...) Na africana, pronto, eu não tive até agora histórias nenhuma. Na brasileira isto é um bocado comum. (...) exigiam, 'Olhe, eu quero que você vista assim', 'Mas eu não quero', 'A senhora, ou veste assim ou então vai procurar outro café'."

O trabalho do mundo

"Alguns trabalham ao fim-de-semana. (...) todos eles tentam ter trabalho de segunda a Domingo.(...) tentam não dizer tudo porque têm medo, porque estão a trabalhar, as horas extras (...), têm medo que vá o Sindicato... (...) Noutra fase, já começam a querer um dia ou dois por semana para descansar. E quando vem a família, querem ter algum tempo. (...)” O assédio sexual ou a imposição de comportamentos comercialmente agressivos, no caso das mulheres imigrantes, é mais fácil acontecer quando estas estão em situação de clandestinidade. “(...) quer homens quer mulheres, (...) abusos de não pagar e de obrigá-los a assinar papéis em como tinham recebido quantias que não tinham recebido e etc, e dizerem, 'Ah, vou já telefonar para a polícia a dizer que estás aqui e que estás ilegal'. É muito complicado, porque eles tinham pânico. E houve muitos, conheci mesmo um indivíduo que chegou a dizer, às vezes eram os patrões no fim do mês, eles (incompreensão) os patrões para não pagarem, a telefonarem para a inspecção a dizer que havia ali uma empresa. A seguir o patrão desaparecia e apanhavam-nos todos, eles estavam ilegais, já nem refileavam que não tinham recebido o salário.” Ao inverso também pode acontecer: “(...) patrões a lamentar-se, 'Está a ver, eu legalizei, foram todos embora uma semana depois'. Pudera, 'Portanto, eles estavam a trabalhar ilegais, o senhor faz-lhe o contrato declarando o salário mínimo nacional, não é, dava-lhes por fora, trezentos, quinhentos', não sei, setecentos euros, não é, e pergunta-lhe, 'Eu legalizo-te mas tem que declarar e pagar-te, para ser justo, vou-te pagar seiscentos, não sei, quinhentos euros, não é?', 'Tudo bem', ele quer é o papel. Porque sem o contrato de trabalho não se legaliza (...) aceitavam isto, iam ao SEF apanhavam-se com a vinheta e deixavam o patrão (...) E qualquer pessoa faria isso, não é? Eles sabem, agora têm acesso a um mercado de trabalho, nas obras, sempre....” Casos destes aconteceram na “fase que era preciso papel e o ilegal sabia estas coisas, não é? Portanto, que é também uma injustiça, se formos a ver... (...) o patrão legalizava-o e (...) depois deixam de lhes fazer descontos ou fazem uns descontos fictícios, reduz mas não entrega na Segurança Social e ele pensa que está legal e que está tudo bem, mas quando lá chega... (...) Quando vai renovar o visto... Não tem. (...) o principal objectivo até é angariar dinheiro, quanto mais melhor. Portanto, basta haver uma oferta pouco mais do que do sítio... no início era muito assim. Agora, já começaram a perceber que não é nada bom. (...) Eu dizia, 'Mais vale ter um pássaro na mão do que dois a voar, mais vale este que é seguro, que é correcto, é um bocadinho menos de dinheiro, mas é garantido'.” Os imigrantes de Leste estão a adaptar-se a “países, (...) como o nosso,

onde as regras, as que existem, não são cumpridas, e estamos sempre a pensar aonde é que vamos inventar uma coisa qualquer para fugir à regra (...).” Onde a informalidade é um modo de vida: diz o patrão “Olhe, então quando acabar este trabalho, depois se tiver tempo, dê ali um jeitinho naquilo ou naquilo se quiser, se poder...’, isso é um horror! [Devia] estar tudo decidido, ‘O que é que ele quer’, não é? ‘Se quiser ... ’ é um sofrimento (...) ‘Como é que ele quer? E se não é isto que ele quer?’ (...) ... é muito, muito complicado. Portanto, é um ajuste cultural difícil e por isso também o tal medo (...) o indivíduo veio ter comigo com um cheque sem cobertura de mil e duzentos euros de salários (...) [Outro] indivíduo vai arranjar um novo emprego e ficará para sempre com sete ordenados sem receber..”

O mundo do crime

“(...) há tanta coisa que sucede para chegar aqui, (...) pelo caminho apercebe-se que está a ser vítima de tráfico (incompreensão) e pelo caminho começa a perceber que, ao fim e ao cabo, há portagens, não é... e ele aceita, ele aceita que ele quer chegar a Portugal, ele aceita pagar portagens. (...) ‘Ou você fica pelo caminho ou é cúmplice de...’, enfim, porque há instrumentos, há empréstimos, não é? Então, as coisas são transgressivas ao fim e ao cabo que são feitas, como enganar os patrões. Só que é uma coisa numa fase inicial, é uma coisa atrás da outra, até estabilizar. Depois estabilizam-se, há aqueles que falam disso, do que se passou... “

“Eles estão num estado que deixam que uma cultura do crime, tudo tem um preço, é muito fácil fazer estes esquemas. (...) ‘Quando é que eu vou ter que lhe pagar pelo que está a fazer?’, tudo tem um preço. (incompreensão) e aproveitando esta mentalidade é muito fácil de montar um esquema de sobrevivência. Portanto, as associações de imigrantes, neste momento, as de imigrantes de Leste, primeiro estamos numa fase de (incompreensão) as pessoas têm o sonho de vir ganhar dinheiro, não é tanto a parte de se juntar e ir ter com os amigos... (...) interpretes podem, sem nós sabermos, estar a dar informações que não são correctas, estarem a cobrar os serviços que estão a fazer. E, portanto, temos casos no nosso serviço, já tivemos de tudo. Tivemos um senhor que cobrava os nossos serviços na sala de espera “

“(...) uma das formas da máfia actuar é, por exemplo, cobrar segurança na rua, ‘Vives nesta casa? Queres ter segurança? Tens que pagar dez euros por mês’ (...) basta baterem num à frente de outros, e saber que ele vai parar ao hospital, todos pagam tudo. (...) eles estão muito habituados a uma polícia, a uma força policial muito forte. (...) tivemos experiências de alguns casos de pessoas que levavam o SEF ao topo de algumas redes e que o SEF não deu garantias de protecção à pessoa (...) Eles muito dificilmente dizem que estão a ser perseguidos pela máfia. (...) Numa cultura em que tudo tem um preço, nem tudo é máfia. Pagar para ter um trabalho é normal, agora pagar para não lhe tirarem o trabalho já é máfia (...) pode ser um homem que se tenha lembrado disto e que naquela rua está a ganhar dinheiro porque é forte e alto e não sei quê, e se for preciso dá uns sopapos num para ameaçar e diz que isto está tudo ligado às outras máfias. E como eles não sabem, o medo é tanto que eles pagam tudo (...) Havia um senhor que a profissão dele era ir dormir para lá à noite, cobrava aos outros para estar lá a marcar o nome (...) os únicos presos que não se drogam são os de Leste, até agora. Mas os que vão continuar na prisão são do Leste. E passam a vida no ginásio. Eles passam a vida no ginásio. Os guardas-prisionais têm um medo que se pelam do Leste (risos) (...) são aqueles que ainda não se drogam mas daqui a um momento não se vão drogar, mas vão controlar o tráfico na prisão.”

Tal como no mundo do trabalho, os beneficiários principais podem ser outros que não não-nacionais que acompanham oportunisticamente as migrações humanas: “ao nível da fiscalização, quantas e quantas empresas prevaricadoras eram avisadas, ‘Vai aí a Inspeção Geral de Trabalho’. E a denúncia era de dentro da Inspeção Geral de Trabalho. O SEF, quando há uma investigação do SEF há sempre uma denúncia. Eles agora já prepararam equipas que não sabem para onde é que vão. Só o cabeça da equipa que vai fiscalizar é que sabe. E mete os colegas no carro e eles não sabem para onde é que vão e tira-lhes os telemóveis. Já me têm dito que agora é assim que actuam. (...) mesmo assim chegam lá. E às vezes, em quanto estão na sala, estão a avisar do outro lado. Aquilo é muito complicado (...) tivemos uma senhora que começou a denunciar patrões, ela foi perseguida. Ela teve que abandonar o local de trabalho durante um tempo, fugiu do país, pá. Os patrões! Portugueses! (incompreensão). Atenção, hem! (incompreensão) Porquê? Porque ela levou o SEF a um empregador que tinha um saco de passaportes, um saco de passaportes! Um saco de passaportes (...) a protecção de testemunhas não está garantida.”

O mundo institucional

“(...) a imigração é altamente humilhante. Você fica despojado de tudo, num certo momento. Até da família, dos filhos. (...) a festa, e a festa na imigração é muito importante. Festa, o celebrar, o expor a minha bandeira, etc, é na igreja. Ou no estádio, não é? Então, a associação, há estes problemas todos e muitos não confiam na associação. Os jornais que apareceram também são... um já acabou. (...) estava ligado à política (...) temos a missão de alertar para isso, que é que este rosto legal dos jornais e associações das igrejas, não é, não seja de facto o legitimar algumas ilegalidades e legitimar redes e legitimar esquemas, não é, que ainda estão aí em vigor (...) às vezes (...) se cometemos um delito é o delito da solidariedade, porque nós não poderíamos ajudar ilegais, não poderíamos ajudar ilegais. (...) Tive um inspector do SEF, com o qual nós conversamos muito, (...) da parte da investigação das redes de máfia, e por forças das circunstâncias tivemos que começar a trabalhar em conjunto e ele dizia que de facto (...) à partida é um medo doido, mas depois como eles ajudavam (...) iam às vezes ilegais lá ter com ele pedir-lhe trabalho, ‘Saia-me da frente, nem diga que está aqui que eu tenho que o mandar prender! Vá-se embora’, ‘Ai, foi tão bom para o meu amigo, era para ver se me ajudava’ (...) uma inspectora do SEF (...) ligada (...) ao prostituição internacional, etc, e que ela teve que levar a pessoa para casa dela. (...) viu-se diante de um caso humano, de uma mulher que dava informações devidas, tinha em perigo a vida dela pelo facto de ter falado e ela não tinha onde pôr a senhora. Levou-a para casa dela durante quatro dias, (...) até há inspectores do SEF que têm muito coração. A gente... depois a gente bate no SEF, tem que ser, mas há pessoas no SEF com algum valor, enfim, só que não podem ir muito longe (...) numa associação, tocar este tema do tráfico é um... nem a nós...”

“(...) a nossa Justiça é muito lenta realmente, mas acreditam, parece que nada funciona. (...) A justiça é de facto... Doloroso. (...) um processo crime, já foi à dois anos, ainda nada aconteceu, porque isto é tudo tão lento. Por isso, é que as pessoas preferem não fazer nada. (...) é preciso ver se a pessoa é vítima de tráfico ou não. Porque se vocês, se o SEF expulsa alguém vítima de tráfico, a pessoa ao chegar à Ucrânia é apoiada pelas ONG’S, no sentido de ser... porque há programas (...) [para esse fim] e se a pessoa é vítima de tráfico, mas é expulso como imigrante, não fica nenhuma margem às ONG’S de ajudar esta pessoa. Outra coisa que também nós falámos o ano passado em Fátima

num encontro (...) sobre as prisões: se uma pessoa está ilegal e é vítima de tráfico, Portugal devia dar-lhe uma autorização de residência durante um período excepcional para que a pessoa se reabilite aqui, mesmo estando ilegal, reabilita-se aqui e depois eventualmente... vê-se o tipo de reinserções é que pode ser. Porque de facto, nesta ilegalidade está a ir tudo para o mesmo saco. Pior ainda, devido à sobrelotações das prisões e à incapacidade do sistema prisional português, não é, que viu-se agora há poucos dias o Provedor de Justiça, que foi um fracasso a reinserção (...) vemos muitas vezes porem na prisão pessoas que o único motivo que fizeram foi estarem ilegais, não ter papéis, não é? Como não têm aonde pô-los, não é, vai tudo para a prisão. E acontece depois como junta a vítima e o algoz, como junta, enfim, mesmo a nível do tratamento da situação particular destas pessoas, neste momento há uma grande confusão e incapacidade. (...) é tudo novo. O tráfico foi em noventa e nove com o Porto Salvo, o famoso assassinato de Porto Salvo, em que começaram a puxar a cordinha e viram que estamos também em Portugal com redes [mafiosas]. (...) os contentores [usados como habitação por imigrantes], aquela coisa. (...) é de facto [preciso] trabalhar bem e fazer este estudo, porque a justiça é uma área impeditiva para nós em certos casos, dando dignidade às pessoas (...) porque eu vi quando foram falados os números na Gulbenkian e alguns estudos e a gente dá uma risada (...), com algum branqueamento político passam coisas, que eu tenha reparado, e depois nós estando no terreno não conseguimos jamais mudar a opinião pública. (...), esta pessoa não se mete noutra. (...) dá vontade de uma pessoa, dá vontade de uma pessoa espremer. Mas depois quando vê que isto é todo tão complicado...(...) perante uma pessoa tão traumatizada e tão angustiada, realmente enchemo-nos de força e dá-nos, 'E vamos já...', mas depois aprendemos, temos que ir aprendendo (...) o padrão foi apanhado, mas de qualquer modo aquilo que ela passou não justificava, se calhar, isto, porque a nossa justiça em Portugal, tem falhas. Porque é lenta e porque não há protecção de testemunhas, (...) Depois às vezes eles... (...) [fazem] Justiça com as próprias mãos.”

Há, como fica evidenciado nestes trechos, uma profunda sensação de injustiça, até à impotência auto-contida. Há a percepção da perversidade da ignorância (ou cumplicidade) institucional que torna a passagem migratória extraordinariamente fragilizante para os seus protagonistas que não são de elite ou exploradores dessas fragilidades. Há também um espírito de missão cuja definição parece adquear-se à descrição teórica proposta: uma concentração das atenções no plano a que chamámos bio-ético, por oposição e exclusão do factor institucional, segundo a velha máxima: “A César o que é de César, a Deus o que é de Deus.”

Colectivismo e afirmação comunitários

Para a segunda sessão vamos comparar o resultado de uma produção comunitária (representada pelo eixo do afecto e da família, no nosso quadro analítico) virada ao diálogo reivindicativo e cooperante com as instituições estatais (eixo da sintonia institucionalmente promovida), através da mobilização das liberdades de associação. Fica menos valorizado, neste caso, ao invés do que aconteceu na primeira sessão, o eixo do sentimento individual. Desta vez a melhor descrição teórica da posição dos nossos entrevistados é a de os situar no plano antropológico, o plano das representações comunitárias, por oposição ao eixo representante dos processos de individualização.

Argumentativamente, deste ponto de vista, não é tão relevante a discussão sobre o bem-estar como o é a discussão sobre os direitos de acesso aos recursos de integração social e também ao reconhecimento da dignidade social da comunidade específica. O mais importante, ao contrário do que acontecia na primeira sessão, é a mobilização colectiva

como forma de integração por via do exercício da cidadania, manifestando o conhecimento de facto daquilo que está acente em princípio, mas negado na prática, em particular no caso da Justiça e das prisões. A obrigação do Estado e das instituições em geral de garantirem a dignidade da pessoa humana, independentemente da respectiva condição ou actuação moral, é o alicerce da pretendida cooperação entre comunidades e instituições. Como se tem alegado muito frequentemente nos últimos anos a respeito de situações de envolvimento de figuras públicas em escândalos judiciais, também para o caso dos imigrantes – neste caso fala-se sobretudo de africanos, que já dobraram a segunda e terceira gerações –, há que pôr em prática a presunção de inocência até prova em contrário transitada em julgado.

Neste ambiente, a luta pela justiça social é promovida não de modo a aliviar tanto quanto possível as dores e os traumas da transição migratória, como era suposto na sessão anterior, mas principalmente como mobilização de intervenções cívicas comunitárias junto das instituições para que pensem e actuem sobre as injustiças profundas e crónicas.

Esta declaração é concludente: “que é normal essa resistência que encontraram para a realização deste tipo de entrevistas, principalmente nesta temática, porque há uma mágoa imensa, desconfiam, há uma carga. Os termos de segurança e intolerância nas nossas culturas ainda têm uma carga negativa muito grande, não é? Quer dizer, identificam muito as questões de insegurança com a polícia, relacionam a polícia com a perseguição, e perseguição policial normalmente para a nossa gente, portanto tem (incompreensão) tem experiências muito desagradáveis, faz parte do seu quotidiano.” A intolerância (leia-se agressividade) social face ao desafio étnico legítima e suporta as intervenções policiais quotidianas ordenadas pelas instituições. O que reforça as possibilidades de levantamento de barricadas de um lado de outro das culturas, as nossas e as deles (ou, ainda mais maniqueista, no singular, a nossa cultura e a deles).

A referência ao tema Justiça remete os nossos informantes privilegiados a temas policiais. “justiça (incompreensão) confunde-se com os tribunais. A justiça é (pausa) infracção, quer dizer, é (pausa) o custo da justiça a esse nível são os órgãos judiciais que é a polícia que aplica (pausa) os correctivos por, se faltar incumprimento de regras ou (incompreensão) ou, mais do que incumprimento, por criminalidade.” Justiça é justiça criminal, nas suas versões mais informais (“os correctivos”) ou mais formais (“tribunais”), cúmplices entre si através das quotidianas. A interpelação da jovem investigadora social para obter uma entrevista, tal como tudo o que tenha a ver com os contactos com o mundo das instituições, exige uma explicação clara e convincente, independentemente da simpatia pessoal: “são imigrantes, são pessoas com problemas, muitas vezes... por isso é que querem saber para quê esta informação, ‘Nós vamos falar sobre este assunto para quê? Quais serão as consequências, o que é que isso nos vai fazer?’.” São “consequências negativas de experiências muito negativas que as pessoas vivem ou viveram. Muitos dos nossos cabo-verdianos, muitas das nossas famílias africanas, imigrante trabalhador tem sempre alguém a braços com a justiça, ou porque está preso ou já esteve ou porque nós temos uma enorme população nos estabelecimentos prisionais portugueses (...).”

Toda a sessão desenvolveu este mesmo refrão: discriminação criminal contra a comunidade e menor sensibilidade na defesa da legalidade nos processos económicos e também dos direitos humanos. Toda a conversa girou à volta de exemplos de casos concretos vividos pelo advogado que representou os casos crónicos de envolvimento dos jovens filhos de imigrantes com as autoridades repressivas. “Para as gerações mais velhas, é sempre (...) muito difícil (...) as associações e os dirigentes associativos

quando se encontram para reflectir sobre os problemas, pensamos sobre as causas, deslocamo-nos às prisões e conversamos com os detidos (...) nós temos o Embaixador profundamente envolvido com esta questão que está em relação com as autoridades portuguesas, a discutir esse problema e entender o porquê que as coisas acontecem e o que é necessário fazer para ultrapassar a situação.”

“(...) a justiça é muito ampla, com várias vertentes, a vertente penal, a vertente cívica, económica e social. Eu diria que é mais no domínio penal em que se situa esse problema do ponto de vista dos seus destinatários, não é, as pessoas... quando se fala em justiça, a primeira ideia que as pessoas têm é a justiça penal. (...) àquele crime associado (...) à vinda do imigrante (...) que é a falsificação de documentos (...) o tráfico de estupefacientes e ofensas corporais (...) Para os mais novos, a questão, penso que eles já enfrentam o problema com toda a abertura e se possível até com uma certa agressividade. Agressividade no sentido de contestar o porquê das coisas, o porquê que as coisas acontecem, o porquê das perseguições da polícia, o porquê de um certo tipo de tratamento, de tratamento da polícia que lhes vem dando ao longo dos anos.(...) as pessoas, eram tratadas pela polícia, com toda a violência com toda a agressividade, e eram situações que passavam perfeitamente impunes.”

A sequência de raciocínios, ligando a acção da justiça criminal, da polícia e das prisões num quadro geral de discriminação que afecta a “comunidade” pressupõe práticas de injustiça por parte da justiça instituída, que não seria suportável por outras populações, como também não o é pelos jovens. Além da impunidade de procedimentos policiais ilícitos, são mencionados muitos outros factores de injustiça crónica, dos quais citamos : para “começar a falta de conhecimento da própria língua em que se vão expressar, são normalmente vítimas de decisões judiciais e de sentenças muito mais pesadas do que quaisquer outros cidadãos” que conheçam bem a língua. A pena acessória de expulsão não apenas sentida como injusta mas também como conspirativa: “certos fulanos que qualquer infracção cometida por um imigrante em Portugal é-lhe aplicada uma pena sempre, sempre igual ou superior a um ano em que se aprecia a pena acessória de expulsão.” Tais condições de discriminação continuam na prisão onde “há condições e regalias dentro do sistema penal português de que esses imigrantes normalmente nunca beneficiam, nomeadamente as visitas, as saídas precárias, as liberdades condicionais, etc, etc, eles nunca, nunca, nunca, nunca, beneficiam desse tipo de situações.” Para os presos de “nacionalidade portuguesa, de um modo geral, cumpre dois terços da pena e sai. Em condicional. (...) na prática é como se fosse um direito. (...) quando se tem pena acessória de expulsão, nunca se sai com dois terços (...) acaba por parecer uma discriminação. (...). Porque eu conheço pessoas com pena acessória de expulsão que beneficiaram de saídas precárias em algumas cadeias (...) a falta de homogeneidade nos critérios, também contribui para que os estrangeiros vivam esse clima de discriminação, e nalguns casos de discriminação que resulta da própria lei, (...) noutras casos, resulta da prática e das instituições. Quando resulta das práticas das instituições é muito difícil lutar contra ela, muito difícil mesmo.”

A expressão do sentimento de perseguição não se deve a uma radicalização do nosso informante, mas sim da vontade que tem de representar o sentimento da comunidade: “são mensagens que circulam no interior da comunidade (...) esgota-se aí o conceito de justiça. Justiça é a relação com as regras instituídas, em relação com o cumprimento das leis, em relação, sobretudo, a relação com a autoridade. Principalmente a relação com a autoridade. Porque justiça no seu conceito mais amplo é o cumprimento dos direitos humanos, justiça social, bem-estar, (...).”

Há, bem entendido, problemas conhecidos de todos e que afectam quem circule pelo sistema criminal, estrangeiro ou nacional, das comunidades e de fora delas: “o

juízo que não correu bem, o recurso que não interpôs a tempo e horas, um indulto que não foi concebido, ou a pena acessória de expulsão (...) defesas officiosas que são nomeadas de forma ad hoc, (...) não podia haver, eu também já passei por essa experiência, (...) o conhecimento de situações anteriores.” Ou eventos mais bizarros, mas frequentes, como “pessoas que se encontravam em pena de prisão, por viajar sem título...(...) no período de suspensão da pena” derivado de outra condenação anterior. “(...) eles não percebem aquela linguagem muito técnica e as sentenças são lidas a correr, às vezes são segundos que o juiz leva a citar várias disposições, código penal e processo penal, e faz um enquadramento jurídico da questão, quando chega à parte decisória da sentença as pessoas estão completamente baralhadas com aquilo. E se no fim o advogado não explica ao arguido o que é que se passou ele é capaz de ficar atônito sem saber se deve sair dali se deve acompanhar o guarda. (...) Ao ponto de as pessoas não fazerem a distinção (...) entre o advogado que vai defender a pessoa, (...) o Ministério Público, o juiz, e as pessoas confundem estes actores todos.” Numa certa ocasião, um jovem “respondia [ao seu advogado] de forma ofensiva, tal como vinha respondendo ao Ministério Público. E eu já o tinha ensaiado, achava eu (...) a juíza, tomou ela a palavra, (...) e voltou a dar-me a palavra, e pouco a pouco, fui-me apercebendo que ele ia (re)ganhando a confiança que tinha comigo.” Quando questionado sobre a razão do seu comportamento no tribunal, respondeu: “tinha que me defender. Olhei para o tribunal e vi que estava toda a gente vestida de negro. O Doutor também. Tinha que me defender contra os homens de negro, porque eu tenho muito medo dos homens de negro.”

Há razões para isso: ”tenho colegas de profissão [advogados] que exageram muito na forma de intimidar digamos assim, as pessoas, não é, quando são contactados por essas empresas que fornecem bens ou serviços para escrever cartas para os clientes que têm as contas em atraso, muitas vezes vão com ameaças de um processo judicial que vai ter consequências gravíssimas, quando sabem que é um cidadão estrangeiro chegam até, inclusivamente, a escrever que isto pode ter consequências na sua vida, aqui no país, eventualmente você poderá vir a ser expulso, isso tudo cria nas pessoas uma certa retracção ao tema Justiça (...) pensam que por não terem pago a conta do telemóvel podem ir presas.” Como vão por não pagar transportes públicos ou como pode acontecer em contactos furtivos com agentes de autoridade: “um jovem que havia sido vítima de agressão por parte da polícia. Muito, muito mal tratado, esse jovem. E foi levado como arguido (...) ao posto dos bombeiros mais próximos. Os bombeiros levaram-no para as Urgências e...e... mas a polícia ia acompanhando à distância, porque eram polícias que estavam à paisana, mas estavam de serviço, embora as agressões tinham sido perpetradas na esquadra da polícia onde eles trabalhavam. Portanto, pegaram no jovem, levaram-no para a esquadra às dez da noite, onde sofreu maus-tratos, e quando viram que o jovem tinha desmaiado levaram-no para os bombeiros, à paisana, deixaram-no ali. E os bombeiros, aquilo foi uma cena um bocado arriscada, levaram-no para o posto da polícia porque reconheceram os agentes, os agentes voltaram a levá-lo para os bombeiros, até que finalmente os bombeiros decidiram levá-lo ao hospital. (...) constituíram-no arguido e no dia seguinte levaram-no para o Tribunal de Instrução Criminal e acusando de ofensas, desobediência, de ofensas corporais contra os agentes da polícia. (...) tínhamos duas queixas que os polícias apresentaram com o jovem e a queixa que ele mais tarde apresentou através desta defensora officiosa mas cujo trabalho terminou ali mesmo. Ficou claro, porque ela disse que não queria ter chatices com as autoridades (...) Só quando recebeu o despacho da acusação é que [o arguido] veio ter comigo, porque também não tinha percebido nada daquilo.”

“Quando se entra no tema da Justiça, não respondem. Porque têm muito medo, não é, um bicho, é um bicho que tem várias cabeças e eles não sabem de aonde é que pode atacar.” Ao contrário do que é a sua própria maneira de ser. “Se entrevistar as pessoas sobre outros temas, sobretudo da comunidade africana, são pessoas que gostam de falar, até falam de mais. (...) da sua vida patrimonial (...) sobre o seu estado de saúde, sobre as suas doenças, sobre uma série de coisas que à partida não deviam responder (...) não relacionam as respostas que dão (...) a uma eventual inspecção das finanças. (...) Eles têm a escritura, tiram a fotocópia e chegam lá e mostram. Só que a escritura tem vários elementos que eles não estão obrigados a fornecer e não estabelecem essa relação de (incompreensão) estarem em incumprimento e a partir da sua situação patrimonial poder a vir a ter alguma investigação, que se pode revelar, por exemplo, num processo-crime, como tem acontecido. (...) [por exemplo, com] empréstimos fraudulentos e depois quando a Polícia Judiciária (...) relaciona aquilo, normalmente quando há problema de tráfico de droga.”

A “(...) segunda geração de imigrantes nascidos cá, está menos informada que os seus pais, está muito menos informada. Não pára para pensar (...) Estão mais preocupados com o entrar na onda, não é, apanhar umas miúdas giras. (...) Mesmo o que diz respeito a coisas primárias, como o ter bilhete de identidade válido e o cartão de contribuinte e o estar inscrito, por exemplo, na Junta de Freguesia, como moradores, não cumprem esses requisitos mínimos de cidadania. (...) não têm o cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde (...) Uma grande parte das pessoas que me procuram não têm rigorosamente nenhum [documento oficial]. Dizem que não têm dinheiro para pagar as contribuições porque são caras, e eu tenho até no meu gabinete aqueles impressos da Segurança Social para pedir o apoio judiciário.” Vivem num mundo diferente, aparentemente. Pelo menos aqueles que procuram advogados a certa altura. Em que mundo vivem?

“(...) aqueles primeiros imigrantes que começaram a vir para as Portas de Benfica, nem o autocarro passava na zona. Eles faziam o percurso a pé. (...) andavam três, três, duas ou três horas a pé, saindo dali, contornando as grandes vias de comunicação, até chegarem ao seu local de trabalho ou a um sítio onde pudessem apanhar um transporte público (...) Os seus filhos têm a realidade aqui, vivem numa sociedade que não lhes dá as respostas, eles não têm outra saída. Têm de ir para a ostentação, vão para a ostentação, vão para a ostentação. Por isso é que eu disse à bocado, que os pais com a Justiça têm uma relação mais de... daquelas de... de vergonha... Justiça, Justiça é o perigo. (...) não se fala porque atinge a família, mancha o nome da família. Os jovens não têm esses problemas, quer dizer, se eles vão para a confrontação (...).”

“(...) algumas das vezes, eles compraram o automóvel, não há dúvida nenhuma, mas nunca está em nome deles. Não chega a pôr, porque isso é burocrático, tem de ir lá, nem sabe aonde é que fica, a Conservatória do Registo Automóvel...(...) vendedores de automóveis aproveitam-se disso (...) depois são penhorados aí na estrada porque o anterior proprietário pura e simplesmente tem dívidas ou têm encargos, (...) casos de automóveis que eram vendidos por um preço, portanto, e que não estavam pagos. (...) do crédito automóvel, mas nunca chegavam a receber o automóvel ou pensavam que estavam a comprar um automóvel a diesel e era gasolina.” Enfim, são vigarizados frequentemente por “associações criminosas” com automóveis mas também noutras circunstâncias: “vão ao Registo Nacional de Pessoas Colectivas inscrever-se como empresário em nome individual, vão-lhe dar um número e vá às Finanças dar início de actividade como empresário em nome individual e mande fazer facturas numa tipografia qualquer e tragam-nos essas facturas”, é-lhes dito, em troca de algum dinheiro. Depois, “passava as facturas (...) e limitava-se a receber aquele dinheiro (...) As Finanças iam cruzar a informação, sobrava sempre para aquele indivíduo, porque a ‘empresa’ diz,

‘Não, contratámos os serviços. Nós pagámos, temos aqui a relação dos trabalhadores’, que ele diz que eram trabalhadores dele (...) Isto acabou por ser arquivado, porque entretanto as pessoas desapareceram, os tais que passavam as facturas falsas, porque as Finanças também conseguem ver quando querem...(...) O único problema é que nunca vão ter uma situação patrimonial regularizada.”

“(...) todas as inseguranças na base levam a que as pessoas (...) se deixem ir, deixam-se ir! O senhor à bocado fez uma pergunta da situação dos pais, dos primeiros imigrantes, no fundo, que chegaram cá (incompreensão) eu penso que a dos pais era melhor, para já porque a própria sociedade portuguesa e a situação da marginalidade não era tão complexa e tão intrincada como é hoje, quando os nossos primeiros imigrantes chegaram aqui.(...) Os projectos deles eram muito simples (...) Vêm os filhos, vêm os netos, vêm... outras condições, as condições de vida não são aquelas que as pessoas sonharam. (...) na sociedade portuguesa também procuram as respostas e não as encontram. (...) de facto estão a ser discriminados, quer dizer, pode ser intencional, mas também pode ser circunstancial. (...) a pessoa está a ser discriminada (...) de normas e de regras que não conhece. Ele não conhece e que portanto viola sem consciência sequer que está a cometer essa violação. (...) aquilo leva quatro, cinco, seis anos até chegar a vez da marcação do julgamento. Entretanto, foi um postal para aquela morada que deu, ele já não mora ali. A próxima vez que é abordado pela polícia, (...) seja porque motivo for, (...) o nome dele aparece no sistema informático. (...) vai automaticamente em prisão preventiva (...) Ele fica seis meses na Guarda, sete meses lá, à espera que seja marcado a data de julgamento. Depois é marcada e ele vem para Lisboa para ser julgado. Quando chega a Lisboa para ser julgado porque viajou sem título...(...) ‘Então, estive três, quatro, cinco meses na cadeia e afinal isto só dava direito a pena de multa?’. Como a pena de multa é relativa à pena de prisão, é capaz de lhe dar uma pena igual ou um bocado superior aos meses que cumpriu em prisão preventiva. Ou seja, ele não merecia efectivamente aquela pena. (...) Isso destrói o jovem, isso depois ele comunica com os amigos, porque eles têm relações muito fortes, muito fortes entre eles, a solidariedade, há cumplicidades e passa para os outros jovens e (incompreensão) jovens da segunda geração têm, grande parte deles, que eles nunca vão ter sucesso seguindo aquilo que a sociedade define como a conduta de um bom cidadão, que é ir para a escola, ir para a faculdade. Isso está fora dos seus horizontes. Eles convenceram-se, num auto convencimento, de que aquela via não os leva a lado nenhum. Não trabalhar com os seus pais, vão ser explorados, etc, e nunca vão passar da cepa torta. Então, tornam-se altamente vulneráveis a esses mecanismos que existem na sociedade portuguesa, bem organizados por (incompreensão). Portanto, essas associações criminosas, seja no ramo da construção civil, seja no ramo do imobiliário, seja no ramo automóvel, usam, é mesmo esta a expressão, usam estes jovens pelo seu desespero. Porque tudo sobra para eles. Senhor Doutor, se fizerem um trabalho de abordagem aos toxicodependentes aqui de Lisboa, chegarão à conclusão que quase todos eles já não podem requerer o bilhete de identidade. Os toxicodependentes. Porquê? Os toxicodependentes já pedirem segunda, terceira, quarta via e já não lhes dão bilhete de identidade, porque num ano já perderam o bilhete... (...) Esses jovens são pagos muitas vezes para fazerem procurações, (...) Ele aparece a assumir a identidade de alguém perante o notário, tem o bilhete de identidade e o cartão da segurança social...(...) Seguramente, não é a dele! Os jovens africanos que têm nacionalidade portuguesa, ... não têm a sua própria identidade, eles vestem um fato de um toxicodependente, está a ver? (...) pronto, ‘Este é o cliente, comprou este imóvel’, etc, etc. E há uma transferência de capital de uma instituição bancária supostamente para a conta daquele jovem que está a adquirir aquele imóvel. O dinheiro entrou, e desapareceu e do jovem nunca mais

se fala e a prestação nunca mais foi paga, aquela casa nunca foi ocupada pelo jovem e as coisas terminaram aqui, (...) As coisas estão tão imbricadas, quer dizer, estão tão complicadas que envolve o fisco, e envolve instituições de crédito, as instituições de crédito, mesmo quando são altamente prejudicadas e algumas já o foram pelos seus próprios funcionários, gerentes de agências de várias instituições do país, não gostam que isso... só em último caso.... Mesmo o processo judicial, o processo-crime, eles tentam sempre resolver o problema internamente. (...) Só que neste esquema, esses responsáveis nunca respondem na barra do tribunal. E aparecem esses jovens africanos que acabam por ser apanhados (...).”

Um caso de exemplo do que pode acontecer: “estava a conduzir sem carta de condução. (...) acaba por ficar porque afinal o nome dele faz parte de um inquérito que está a decorrer na Guarda sobre uma questão imobiliária, depois aparece em Faro outro inquérito e a partir dali as coisas complicam-se, complicam-se mesmo. Começam a cair notificações que são... são uma coisa doida, (...) tem que haver uma opção pragmática. [O Tribunal] acabou por julgá-lo por um crime qualquer, e deixar os outros para trás, (...). A máquina da Justiça está de tal forma tão sobrecarregada que as coisas não são lineares, (...) Depois nunca sabe se é ele, porque lhe furtaram os documentos, foram usados por outro que abriu uma conta numa instituição de crédito e deu como se fosse ele e pediu cheques e passou cheques... é uma coisa (risos) verdadeiramente alucinante, às vezes. (...) depois chega-se à conclusão que era impossível que aquela pessoa tenha estado naqueles locais todos, não é? Porque, basta ter o azar de perder os documentos, pronto, (...), a própria Constituição não discrimina ninguém (...) claro que na prática, depois as coisas, as leis foram promulgadas mas muitas vezes não funcionam (...) na prática, esses direitos não são muitas vezes reconhecidos. (...) grande parte dos estrangeiros africanos que estavam a cumprir pena, tinham a pena acessória de expulsão. Ainda têm, ainda têm.”

Concorrência no mercado de trabalho

A vaga de imigração de Leste foi observada pelos dirigentes das “comunidades” de uma certa maneira. Qual? Temos aqui algumas pistas: “Eram pessoas que não estavam legalmente no país, de repente o Governo, a Assembleia da República promulga uma lei que cria uma figura (...) das autorizações de permanência (...) para resolver o problema dos imigrantes de Leste. Estavam a acabar de chegar, estavam a trabalhar por conta de outrem, não tinham qualquer tipo de redes, qualquer tipo de ligação com a sociedade portuguesa, era aquele tipo individual, (...) continuam a vir em sistemas de angariação, que eu acho que os vão buscar (...) e lançá-los no mercado de trabalho. (...) as associações de imigrantes, que no fundo podem ser os angariadores. Portanto, aquela legislação foi de facto concebida numa altura em que era preciso vestir aquele fato, assim como no alfaiate, à medida daqueles corpos que precisavam de.... Quando essa situação ficou (incompreensão) nesta faixa da marginalidade. Porque se eles nem legalmente conseguem estar... e se eles não estão legais, todo o resto lhes é permitido. (...) gera uma cultura (...).”

“(...) os nossos imigrantes [africanos] (...) estarão praticamente a fazer aquilo que os pais já fizeram os avós, netos e bisnetos (...) domésticas e a tomar conta da família. (...) saltaram para (...) vender peixe (...) depois passaram para empregadas domésticas (...) as netas (...) estão ao balcão, mais de serviço ...(...) Não passa daí. (...) Quem consegue vencer um brasileiro em termos de simpatia? (...) as capacidades das pessoas de Leste e a capacidade dos africanos em geral, em termos de trabalho e também das condições, (...) nas obras (...) os encarregados e os engenheiros (...) estão sempre a queixar-se, (...)

que não são bons trabalhadores porque os do Leste, entram às sete ou oito da manhã e trabalham todo o dia. Se for preciso vêm trabalhar ao sábado, e quando estão a trabalhar não pensam noutra coisa. Só pensam em fazer as coisas e se são bem feitas. (...) não conhecem ninguém. A sociedade portuguesa para eles é uma sociedade muito fechada. (...) os nossos trabalhadores, bem ou mal, já têm laços familiares, convivem, conseguem ver televisão, percebem a língua e chega aquela hora de sair e saem mesmo, não é. (...) os nossos imigrantes já viveram essa situação. (...) aceitavam a submissão, (...) as pessoas trabalharem quase de sol a sol e de as pessoas não terem condições, (...) Nós já tivemos aqui imigrantes a trabalharem, todo o horário, sem descanso, sem Segurança Social, sem coisa nenhuma e conseguiram bons salários, ganhar algum dinheiro e fazer alguma boa vida, com conseqüências depois mais tarde.” Entretanto, perante a alternativa de não pagar Segurança Social e alguém a reclamar direitos, “o empregador vai dar obviamente preferência a um trabalhador do Leste, (...) é óbvio que o trabalhador africano se sente discriminado, se sente discriminado. (...) Os próprios patrões dizem, ‘Ah, porque os africanos gostam muito de paródia, os africanos divertem-se muito’, os africanos não sei o quê, os africanos são assim. As pessoas têm que aceitar (...) há uma forma cultural, há uma forma de estar na vida que não se pode violentar.”

A perspectiva centrada no plano antropológico por oposição ao vector individual (cf. Figura), por oposição à perspectiva centrada no plano bio-ético por oposição ao vector institucional, corresponde não apenas à oposição entre as perspectivas religiosa e comunitária mas também às respectivas relações com os imigrantes de Leste, “individualistas e racionais”, e as “comunidades” africanas, avessas à burocracia e susceptíveis de colaborarem com vigarices.

Conservadorismo e modernismo activistas

Na terceira sessão, o estado-de-espírito dominante foi outro: mais centrada ainda que as outras na denúncia dos disfuncionamentos institucionais (eixo de sintonia) a partir da denúncia de negatividade estrutural dos modos de vida e dos sentimentos pessoais e sociais que daí decorrem (eixo do sentimento) e um apelo claro para a luta pela justiça (no direito) e pela justiça social (no mercado de trabalho).

As referências às comunidades surgem eminentemente pela negativa dos modos de vida e dos direitos, como aparece pela negativa o sentimento de urgente transformação social capaz de dar sentido existencial ao desespero, cuja saída principal – se não única – será um funcionamento alternativo das instituições, dos outros modos de sintonização social, de uma nova ordem social. A alternativa é entre conservadorismo (que persiste) e o modernismo (como única solução de superação dos sentimentos negativos). A esta alternativa cada pessoa poderá e deverá dar resposta, activa e racionalmente, a nível político, isto é naquilo a que chamámos plano jurídico, na produção e execução de novas leis.

As mafias de Leste

O diálogo começou com os julgamentos das mafias de Leste: “O que havia, grosso modo, era angariação de mão-de-obra ilegal, à imagem dos nossos imigrantes que estiveram na Alemanha, em França, não é? Portanto, não vieram cá buscar os restantes, estavam lá, os outros iam e ajudavam-nos, até porque não sabiam a língua, não é? Portanto, isto é o que eu conheço, sobretudo de imigrantes de Leste (...) apenas no Porto, e aí é um bocado revelador da nossa mentalidade e das nossas distinções internas,

apenas no norte esse crime foi dado como existente – o crime de auxílio à imigração ilegal e a respectiva associação. [Nos outros casos] o que os tribunais entenderam foi que aquilo não consagrava ” o tipo de crime indiciado. Afinal, não há ou houve as mafias de Leste, de que inclusivamente alguns imigrantes se queixam: portagens durante a viagem, empréstimos a pagar com salários a receber, exploração de mão-de-obra que não se tem intenção de pagar, préstimos de segurança pessoal? “Eles [alegadas vítimas], perguntados em tribunal e nesse sistema de vídeo-conferência para garantir que não eram atemorizados de alguma forma, pelos amigos (pausa), isto é uma longa história, e tem o seu aspecto histórico sem dúvida nenhuma, eles consideram que isto é normal e corrente. No país deles, o (palavra estrangeira) o tecto, o abrigo, no fundo, a cobrança, fazia-se, faz-se. Porque ao ser um sistema fechado, de uma sociedade recentemente comunista, quando começou, digamos assim, a privatização e a economia liberal, pagava-se para ter emprego. Ou seja, eles não estranham terem vindo para cá e ter pago aos outros, fosse a percentagem que fosse. E mais ainda, perguntavam e esta era uma pergunta da praxe, perguntavam às pessoas se soubessem que tinham que pagar se viriam: toda a gente disse que sim, (...) sem pensar sequer duas vezes. Porque o sistema de miséria lá é tal, que a intenção é ir. Se tem que pagar uma percentagem para vir ou outra coisa qualquer, isso não os segura. Até porque depois todos pensam que vão conseguir libertar-se, não é? (...) também nós os portugueses ficamos com grandes parcelas dos ordenados deles (...) a ideia era deixarem-nos trabalhar, receber a grande parcela para destinarem para a família e se tinham que pagar era-lhes até relativamente indiferente. Esta é a minha opinião...” de advogado de defesa, digamos assim. E continua: “A acusação é sempre feita pelos nossos órgãos policiais, pela polícia criminal. Depois, as ditas vítimas são testemunhas da acusação, mas não há dúvida que no decorrer do julgamento foi-lhes retirado o carácter de vítima, foi-lhes nomeadamente perguntado, ‘Mas sente-se explorado? De alguma forma sente-se explorado? Pretende uma indemnização?’. E ninguém se sentiu explorado e todos disseram que não pretendiam nenhuma indemnização. A maioria estava legalizado em Portugal tinha já a sua vida, ultrapassado essa fase inicial e estava até a pretender que viessem também outros familiares.”

Os julgamentos demoram sempre bastante tempo a produzir-se, mesmo quando são urgentes, como acontece sempre que há presos preventivos no processo. Será que entretanto, como resultado da repressão ou/e da reavaliação dos valores de mercado ultra-liberais que se praticam no Leste, o fenómeno das mafias desapareceu? “Baixou. Mas ainda existe. Sim. Há muitos ainda...(...) quer dizer, uns vão presos e outros que venham, substituem aqueles de modo próprio, sem ligação alguma, exactamente. (...) Isso existe, eu não sei é se se chama máfia. (...) decretaram que há mafias (...) E eles, o que é que fazem? ‘Se eu te arranjar trabalho ao empreiteiro que é meu patrão, no fim do mês tens de me pagar ‘x’ porque eu te arranjei trabalho’ (...) o que é que esse nosso Estado, faz por essas pessoas. É esse o problema...”

“Era preciso, continua a ser preciso haver estigmas, haver estereótipos. E ao imigrante de Leste ainda não se podia dizer que eram traficantes de droga, ainda não se podia dizer que eram traficantes de armas roubadas, como às vezes acontece por parte dos imigrantes africanos e, portanto, tinha-se que inventar uma coisa qualquer. (...) para exactamente as pessoas, por um lado, terem medo, o problema da insegurança, tem de haver alguma coisa que justifique esses medos, e portanto, a entrada das polícias (...) Os medos têm que ser provocados por qualquer coisa. (...) a máfia é uma coisa poderosa, porque há muitos filmes (...) hoje é um bocado ridículo falar de mafias. (...) precisam [que haja] o medo, o medo da imigração. (...) qualquer assunto que um imigrante tenha que tratar é polícia, (...) porque é uma polícia que trata deles, e uma polícia agora com

carácter criminal, ainda por cima,² (...) vemos isso todos os dias na televisão... vemos isso todos os dias na imprensa... se os roubos só são feitos por imigrantes, por pretos, ciganos, etc. ... mas quando é um português de gema, digamos assim, não vem lá escrito, nem vem se é português ou não (...).”

“(...) a organização deles e o desconhecimento da língua. E portanto, de facto o medo institucional, não é, o factor medo (...) Toda aquela descrição, ‘Altos, frios e de olhar cortante’, não é? Vem dali, daquelas frases muito curtas, muito secas, não é? (...) são [contraditórias com as] coisas comportamentais portuguesas, latinas, ou sobretudo latinas. Não se mexem. Não mexem os olhos, não mexem a cara, não mexem as mãos, (...) donde ficam logo [catalogados pelos portugueses], ‘Olha que criminoso impassível está-se a defender e não se mexe!’ . E isto é cultura (...), [não é má] consciência.”

Concorrência intra-imigrantes

“(...) existem (...) muitas associações novas, novas de bairro, etc., que são muito mais vivas do que até as próprias associações ditas sérias, algumas daquelas que ouviste aqui ou que vocês vão ouvir aqui. (...) eu não tenho tanta essa sensação de as pessoas terem medo de falar [por causa das mafias], percebes?

“Penso que é construída a partir de uma base real, também. Porque hoje em dia a concorrência que pode haver entre os vários tipos de imigração ou as várias origens de imigração já é fictícia, primeiro. Neste momento, já devia estar tudo legalizado (...) as portas já se abriram, e voltaram a fechar e voltaram a abrir, três vezes, creio, e portanto, é sabido que não abre. Todos os que vêm agora, vêm efectivamente num esquema, digamos assim, garantidamente negativo (...) trabalham, eventualmente, noutros países, sobretudo, latinos. Itália, Espanha, qualquer um que chegue hoje em dia, dos mais novos, com vinte e picos anos têm... hoje em dia são mesmo aventureiros, ou seja, são gente que se formou, gente nova e, isto é o que eu conheço, e que vêm mesmo tentar no risco alguma situação, nomeadamente através da Associação que tenham conhecimento... Porque sabem que não vão ser legalizados [vem para a economia paralela. Há até uma proposta de um] sistema de três meses de trabalho lícitos, legal, para que o indivíduo recolha dinheiro para pagar a viagem de retorno (...) O SEF não quer é aceitar, porque quer é deixar a porta continuamente entreaberta para a legalização.”³

“A história das expulsões é outra coisa para ajudar a esta ficção. Nós (...) temos artigos a falar, primeiras páginas do Diário de Notícias, várias vezes, com intervalos de três semanas, duas semanas, vinha, ‘Seiscentos imigrantes vão ser expulsos na Madeira’, e depois lá eles nem sequer sabem onde é que estão os seiscentos.(...) de noventa e três até dois mil e um, em nove anos, foram expulsos dois mil, quinhentas e seis pessoas, em

² O depoente refere-se à recente mudança do estatuto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a que foi delegado competências de investigação criminal, que anteriormente não tinha.

³ O antropólogo francês encontrou na Normandia um processo de experimentação de contratação de mão-de-obra altamente especializada com origem na Índia e países limítrofes para a indústria de reparação naval num enclave dominado pela multinacional canadiana que detem o porto de reparações. Os profissionais recebem por contratos de três meses (incluindo alojamentos em “lata de sardinha” em bangalows para veraneantes entretanto desactivados) que podem ser renovados – enquanto aguentarem a situação – na condição de não saírem do perímetro fabril. As diferenças de salários entre a França e a Índia permitem o negócio ser interessante para ambas as partes, desde que a legislação laboral francesa aceitou ser possível e legal que o trabalho livre passasse a ser condicionado à vida num perímetro limitado, sem direito a reagrupamento familiar nem sequer a outro destino que não seja o repatriamento logo que a relação laboral se esgote, independentemente das causas. Esta informação foi apresentada num colóquio em Lisboa, por um investigador cuja referência não está presente.

nove anos, dos quais, mil novecentas e noventa e uma foi com pena acessória de expulsão. (...) 40% de expulsões deste país é por pena acessória de expulsão, (...) há dois dias, numa escola, atiraram-me isso à cara, ‘Ah, Espanha expulsa mesmo! O Aznar disse num discurso que tinham sido expulsas vinte e quatro mil pessoas nesse ano, há dois anos’. Mentira. (...) [É propaganda para] dizer que uma lei funciona, não é, existe uma lei que é para expulsar, portanto, expulsa-se, não é verdade, vai-se expulsando, porque convém que a lei sirva de alguma coisa, de chantagem, não é, para a imigração. (...) toda a gente sabe que estes imigrantes são precisos [para trabalhar]. (...) já pagam Segurança Social, dez por cento do aumento da Segurança Social (...) Uma vez, num debatezito, diziam-me ‘Ah, mas nós já fizemos duas mil ordens de expulsão’, mas quantos expulsaram de facto?! ‘Vá! Quantos? Diz-me quantos, diz quantos é que expulsaram de facto?! É treta, é aquilo que vocês dizem para a imprensa e até são capazes de o fazer, não estou a dizer que não’ Não estou a dizer que mintam. Claro. (...) [Querem] reforçar a polícia, não é?.”

“(...) isso só serve para... demagogicamente nós andarmos uns contra os outros, enquanto, evidentemente, alguém há-de estar a ganhar. (...) nós vemos isso por parte de algumas restrições à entrada de imigrantes ou à legalização de imigrantes de algumas associações de imigrantes, e vemos isso, não é, ‘Porque eu já estou cá, eu já estou legal, e são eles, portanto, são eles que...’, eles têm o mesmo pensamento que tem um português autóctone, (...) é-lhes inculcado, como é inculcado ao trabalhador português. (...) a concorrência (...) convém que exista. (...) cinco, seis por cento da população europeia está fora dos direitos e vai continuar a estar fora dos direitos (...) assistimos a fenómenos incríveis como a Associação dos Industriais da Construção Civil Norte, fazerem um Observatório com as associações de imigrantes. Porquê? (...) [Para combater] a concorrência desleal. (...) parece que é um membro de uma associação de imigrantes, quando fala da legalização dos imigrantes. Porquê? Exactamente porque (...) é ele que ganha menos por não haver legalidade dos imigrantes. (...) o Estado ganha com a legalização... (...) Os ganhadores eram os construtores civis, não é? Os empreiteiros e os outros. Nada disso ia para o Estado nem ao nível dos impostos, os variadíssimos, nem a nível de Segurança Social (...) um povo perde sempre se não conhece democracia.”

“Transformaram o tráfico em termos de políticos como sendo concorrência entre imigrantes. (...) Porque é que não se criou com a independência de África, cursos de português? No Alto da Cova da Moura, em Caselas, ali só falam crioulo. Porque é que não criam cursos de português? (...) A RTP África, o que é que transmite para esses bairros? A RTP, por exemplo, que cultura é que transmite para esses jovens? Eu não sei. Eu pergunto que política? Então, vamos falar nesse sentido, a integração é uma construção política e sociológica cabe a pôr em harmonia esses valores. Portugal quer fugir de África mas não vai escapar. Já dura há quinhentos anos e quem sujou, lava. (...) Portugal apresentou[-se] (...) face à União Europeia (...) [como] uma porta de entrada para África, (...) agora, não façam cultura aqui, a integração aqui. Façam a integração lá. Não façam cooperação aqui, façam cooperação lá no país de origem. (...) Há dias vi um programa de enfermeiros guineenses que foram apanhados a (incompreensão). Mas foram formados por médicos portugueses que foram à Guiné... só que vêm da Guiné para cá, com diploma... (incompreensão) enfermeira-chefe numa trabalhar numa maternidade?! Preta?! (pausa) Não lhe aceitam o diploma, (...) vim eu a saber que foi necessário dar ali uma volta para conseguir a equivalência (incompreensão) E é enfermeira-chefe e trabalha bem, quando descobriram, agora vai para a cadeia... (...) Porque é que o diploma não tem equivalência aqui?”

Para reforçar esta ideia, outro interveniente referiu: “o caso, dos dois médicos de Braga (pausa) (...) o Tribunal Central Administrativo [deu-lhes] razão, mas (...) continuam [sem trabalhar], porque Sua Excelência que está à frente do hospital, faz o que lhe apetece, está-se borrifando, inclusive, e a maioria das vezes, as pessoas não têm... os imigrantes, não têm razão por parte dos tribunais... (...) a Justiça tem cor....”

Justiça económica e jurídica

“(...) se fosse eu a bater num polícia, eu já estava condenado, não é? Já estava dentro. Como foi o polícia que bateu em três angolanos e, por tabela, em mais algumas pessoas, estamos a aguentar, mas como... ou seja, as pessoas não têm confiança. Porque ele perguntava, ‘Aonde é que está a segurança e a insegurança?’. Não há nenhum africano que passe ao pé da polícia, na esquadra.”

“(...) ele e o outro são um bocado vítimas das teias jurídicas, (...) os indivíduos estão presos e já cumpriram a pena de prisão que lhes foi imposta, só que como há recursos, em relação aos outros arguidos [do mesmo processo], agora têm que cumprir mais, ou seja, a sentença ainda não transitou [em julgado] em relação a ninguém. Portanto, eles foram... estão presos há três anos e foram condenados a uma pena de três anos. Como foi dada a sentença, mas os outros recorreram, (...) continuam em prisão preventiva.”

“(...) um grande problema das traduções. O moldavo é diferente. Embora a língua oficial seja o romeno, mas o moldavo é substancialmente diferente. Então, os tradutores oficiais obviamente, parece que aquilo é uma grande contenda, são os novatos que não traduzem devido e correctamente (...).”

“(...) caíram dos andaimes e não tinham segurança [social] (...).”

“A comunicação social, na minha perspectiva, [quando descreve os casos policiais e judiciais com imigrantes de Leste] é algo de verdadeiramente insidioso e potencialmente negativo. Sobretudo para a justiça.”

“(...) as traduções, que existem nas escolas, [sobre mafias e nacionalidades] em que os miúdos não percebem, porque as pessoas não percebem de facto quais são os problemas. (...) há gente que trafica e que faz parte, como aqui, quer dizer, o que é que se pode chamar ao roubo institucionalizado de salários de imigrantes que acontecem todos os dias, todos os meses, a toda a hora, em todos os pontos do país? Salários não pagos, empreiteiros que sabem que vão contratar pessoas e que não vão pagar? Ou sub-empreiteiros ou por aí fora... (...) Nós temos inúmeras pessoas que nunca vão receber os salários, estão meses primeiro que consigam receber um salário do patrão. (...) portanto, é institucionalizado, porque o Estado sabe que isso acontece e aliás estas leis induzem a fazer isso. Induzem. As leis são para não haver legalizados. Porque põe gente de fora, de lado. Há um fabrico de imigração, através da exploração dos recursos naturais dos ditos países do terceiro mundo. É uma fábrica de criação de mão-de-obra excedentária, exactamente para a vantagem em relação aos países exportadores... importadores de mão-de-obra, (...)” ilegalizada.

A política em 2003 é de “vedar a entrada”, nomeadamente “O reagrupamento familiar foi mudado no sentido em que as pessoas podiam beneficiar do reagrupamento antes era um grupo mais alargado de parentes do que é hoje. - ‘Só que me parece mais efectiva’. - não sei se é mais efectiva. (...) A regularização de 2001 não foi uma regularização extraordinária como as duas outras anteriores, 96 e 93. Foi a renovação de um visto de trabalho (...), foi uma forma de trazer para a formalidade todo um sector de informalidade laboral (...) [baseada em] autorizações de permanência concedidas nessa altura e não de residência, (...) criou dois tipos de imigrantes: a primeira divisão [com autorizações de residência] e a segunda [com autorizações precárias de permanência]. Esse é que é o principal problema. (...) há imigrantes (incompreensão) e ao fim de xis

anos de residência podem requerer até a nacionalidade ou podem requerer autorizações definitivas, não é, para a residência. E há os que têm autorização de permanência que vão lá todos os anos e que só ao fim de cinco anos, que é em 2006, é que poderão receber autorizações de residência. Quer dizer, cria imigrantes de primeira e de segunda.”

“(…) o Estado está interessado é em ir buscar o dinheiro. Foi o que fez. Não lhes dando a legalização completa que era a autorização de residência. (...) ‘Só queremos o dinheiro e queremos que as empresas se legalizem’, (...) mais uma vez esses estudos não foram feitos (...) este governo agora o que é que quer? Não quer legalizar. Nenhum. (...) há mais de cem mil pessoas que não têm papéis que estão sem papéis! Nem de residência, nem de permanência, percebes e que supostamente por esta lei não podem ser legalizados! (...) esta lei é mais restritiva.”

“(…) isto da concessão de vistos, aonde é que os imigrantes, o imigrante não arranja o visto atrás da casa dele, na Guiné. Vai na Embaixada portuguesa, é lá que ele consegue o visto (...) de turismo. Qual turismo! Que não consegue pelo menos duas refeições por dia, vem fazer turismo em Portugal? O governo português não sabe isso? Então, o visto é para quê? (...) Houve investigação no ano passado na Embaixada portuguesa na Guiné, porque um funcionário que está lá faz coisas por baixo da mesa. (pausa) Não querem os imigrantes, vamos dar trabalho aos que estão aqui, porque os que vêm tiram trabalho aos imigrantes (pausa) não é xenófobo? Não é socialista? Não é da esquerda? É o discurso de quem está desesperado, mas já não sabe como é que pode fazer as coisas. Não classifico de esquerda ou de direita. É isso. Porque é que colocam diplomatas naquelas embaixadas? Estão lá a fazer o quê? (...) voltando ao problema (...) da segunda geração de guineense aqui, quando estamos a falar de insegurança, que são vistos aqui como sendo causadores de insegurança nos bairros... e pessoas que não conseguem adaptar-se à sociedade de acolhimento, que não conhecem os valores da sociedade de origem (pausa) então, são de quem, afinal? Sociologicamente, são de quem? (...), ‘Ó preto, vai para a tua terra’, isto já não faz nada. As pessoas já estão habituadas a isso, não é isso, para dizer a verdade, há mais limitação Intelectual, cultural, profissional e administrativo, é esse o problema fundamental!” É preciso fazer estudos para se conhecerem as pessoas dos imigrantes, como o que foi feito pela Câmara da Amadora: “Fiz, estive numa equipa para um estudo na Câmara da Amadora, o livro... o livro está lá... (pausa) o ... preto que sou eu... dados estatísticos ali, analisei o objecto de estudo, é esse... vocês querem saber o que se passa na Amadora, no Alto da Cova da Moura e na Amadora e isso, está lá o trabalho. O Presidente na Câmara gostou, o Presidente Jorge Sampaio também (incompreensão longa). É isso que eu quero que façam.”

“(…) Um muçulmano tem uma mulher em Portugal, tem duas na Guiné, tens dez filhos aqui, tem cinco lá na Guiné... paga a renda aqui, tem que mandar dinheiro para o país de origem, tem que sustentar aqueles filhos... e um jovem de segunda geração muçulmano, quando está cá, vai à pátria buscar a rapariga, a partir dos catorze anos vão fazer a circuncisão ou excisão, ou faz aqui clandestinos, sem a autoridade portuguesa saber, ou vai passar férias na Guiné para fazer lá. Aonde é que está a insegurança ou segurança em termos de mutilação legal aqui no país? Não vou falar do Estado, Segurança Social, os problemas no trabalho... estou a falar de cultura, antropológicamente (...) ver como é que é aquelas macumbas (...) um homem sai da Guiné só com a quarta-classe. Chega aqui, é um muçulmano... tem um filho que frequenta o décimo segundo ano... (...) Quem vai saber a validade do frango, a validade do peixe, é o filho, que tem o décimo segundo ano, e que não conseguiu entrar na faculdade porque não tem nada para sustentar. E esse filho confia mais no amigo do bairro do que no próprio pai que está em casa, porque por modelos culturais ele está

acima do pai, mas em termos económicos está abaixo do pai. Porque quem sustenta a casa é o pai. (...) o meu passatempo é tirar fotografias a grafites na rua (pausa) saber qual é o problema. Os pais não fazem isso, na Guiné não se faz isso, o próprio português não faz isso. Como é que os imigrantes africanos, guineenses, fazem aquilo na rua? Isto vê-se na América (...) nós temos muçulmanos, animistas, cristãos e outros da Guiné, e vivem aqui (...) trabalhador muçulmano? Começa aí o problema da desconfiança e da insegurança, por medo. (...) passam a viver em grupos fechados. Porque partilham os mesmos valores, partilham a mesma cultura. (...) dentro dos [25 grupos étnicos] guineenses (...) há três ou quatro que são muçulmanos, os outros são animistas, com práticas religiosas diferentes. Não é cá em Portugal, que um imigrante guineense animista vai arranjar mulher para casar... vai buscar uma mulher à terra dele e se vive aqui sem residência de permanência tem que trazer a mulher. E aí é que está o tal pecado da tal legislação, lei, de reagrupamento familiar, do outro lado já falámos (pausa longa) A classe intelectual, pessoas que estudaram cá em Portugal, acabaram o curso, como eu acabei aqui, outras pessoas (pausa) e até com melhores notas nas turmas... a maioria, está nas obras! E eu pergunto, aonde é que está a segurança? Estamos numa insegurança total. (...) Agora, a renovação da geração em Portugal, como é que vai fazer? (...) com o contributo, por exemplo, dos imigrantes africanos” ou dos europeus de Leste?

A racionalização da mobilização do trabalho imigrante é contestada do ponto de vista do Estado português, seja como entidade económica que se vê esbulhada de recursos pelo modo como organiza politicamente a imigração – por um lado inevitável e fática, por outro não reconhecida legalmente – seja como entendida planeadora ou reguladora da vida das populações, e que por isso deve ter em conta informações precisas sobre os comportamentos culturais obrigatórios (e clandestinos) para que seja capaz de fazer vingar a ética nacional – no caso dos direitos humanos das pessoas alvo de mutilações sexuais, por exemplo – e também seja capaz de garantir os direitos de agrupamento familiar adequados às práticas culturais legítimas dos imigrantes.

Na perspectiva que acabou por dominar a sessão que aqui acabamos de descrever, as comunidades merecem atenção mais como fonte de informação sobre práticas culturais que devem ser avaliadas de acordo com os princípios morais do Estado e menos como fonte seja de auto-estima ou de mobilização. Os problemas são colocados como problemas gerais de cidadania e de organização institucional que merecem atenção de qualquer cidadão em função daquilo que possa querer para o futuro da vida nacional, como um todo que pode ser (e é) objecto de investimentos de intervenção política, para conter a imigração, para a acolher em condições de precariedade ou estabilidade, para a explorar pelo trabalho não pago ou pelo não reconhecimento de competências, etc. Investimentos esses que podem ser diferentes, e que vão efectivamente mudando conforme se sucedem os governos. E poderão vir a mudar em sentidos mais propícios logo que estejam disponíveis conhecimentos mais aprofundados e apropriados sobre a natureza das práticas sociais dos não-nacionais, cuja complexidade não pode ser reduzida às classificações oficiais simplistas.

Medo e adaptação

“(...) não se sabe, na verdade, o que poderá vir atrás disso, [da entrevista,] é a questão da insegurança. (...) É mais da condição de imigrante, não é. (...) porque a maioria, poderemos dizer assim, está ilegal aqui no país, não é? Não tem visto (...) eu estou cá perto de três anos e no meu próprio trabalho as pessoas são muito curiosas em saber quais são os nossos objectivos aqui, o que é que os brasileiros vêm fazer em Portugal?

(...) eu até sofri com isso porque eu quando vim para cá eu tinha uma característica de falar, em dizer os meus objectivos, mas depois eu vi que isso veio a me prejudicar, porque é assim, quando você fala, isso dizendo em termos de trabalho, está, depois aquilo é levado contra você. (...) empresários no caso, se aproveitam da própria situação do brasileiro, da condição em que ele está de ilegal, principalmente os ilegais. Isso é ainda mais traumático para esse imigrante, para esse brasileiro. (...) o próprio brasileiro entre os brasileiros, ele não gosta de falar da sua vida pessoal com o colega. Muitas vezes, não se falam. (...) eu tenho uma certa insegurança, às vezes, de falar, de certos objectivos, de certas atitudes que a gente vem tomando, na questão do imigrante, na questão pessoal, em que você sai do seu país para a cultura de um outro país. Então, eu procuro, realmente, não falar muito a respeito de quais são os meus objectivos, o que eu penso, se eu vou embora ou se não vou, (...) Salários que não foram pagos, de situações de aproveitamento da própria situação em que acontecia, no caso, não é, desse brasileiro, dele estar ilegal, de ele sofrer, de ele aceitar as condições que o empregador... Menos salário, o horário de trabalho (...) depois de passarmos a estar já legal, com um ritmo de vida natural, do próprio país, isso passa a ser mais confortável. Mas mesmo assim, a gente sempre deixa o lado pessoal (...) todos nós temos essa fase (...) não é nada daquilo que você pensou. Então, isso já é traumático. Depois a própria ausência da família, de esposa, às vezes, filhos, já é traumático. E depois, com os acontecimentos naturais que acontecem, isso torna a (incompreensão) ainda mais traumático. (...) Com relação aos amigos, muitas vezes a gente até costuma até perguntar, “Então, quando é que você vai embora? Você pensa em ir embora?”, “Olha, não sei. Não sei se eu vou, se não vou.” Então, é aquilo, aquela história, você... as pessoas deixaram de falar de assunto pessoal. Muitas pessoas falam, “Ah, eu penso que nunca mais vou embora daqui”, e passados aí dois, três meses ou quinze dias eles vão-se embora (...) procuro mais deixar as coisas acontecerem, até porque fiz vários planos, também, fiz vários planos, para mim mesmo, e todos esses planos foram mudados. Então, eu vim com uma cabeça, passado um tempo, mudei, depois pensei novamente, ia sempre mudando, não é? Nunca dava certo aquilo que eu queria. (...) você ainda não chegou ao seu destino, mas você já saiu do seu habitáculo, você tem uma metodologia de que em seis meses eu estou de volta e isso é impossível. Isso só acontece depois dos dois anos. (...) a própria adaptação, não é? Do retorno ao país, também, não é? Então, é algo que também tem que passar a pensar, também nas responsabilidades. E é como eu disse, os factos naturais que vão acontecendo, leva você a pensar melhor, (...) é frio e a própria cultura e outros factores também (...). O próprio processo de legalização (...) não tem emprego, não tem direito a saúde, direito a não sei o quê (...) voltam para o Brasil (...) a comunidade da Igreja Católica ela fica muito preocupada com os imigrantes. (...) gente mais vê nisso, é a dificuldade do imigrante (...) arrumar um trabalho (...) [há] falha muito grande na comunicação que existe. (...) um resumo da minha vida aqui em Portugal, (...) e passasse no Brasil a realidade da minha vida, isso eu garanto para vocês que cinquenta por cento talvez dos imigrantes não viria para aqui. (...) eles teriam que abrir mais o visto, dando comunicação, pegando alguém que tem coragem de falar, para o seu país, explicar a situação que ele já viveu aqui, que ele já passou, já passei necessidade, fome, já cheguei a passar frio e já fiquei... eu tenho cinco ou seis patrões que não me pagaram, que prometeram mil e uma coisa, chega depois e não pagam, entendeu? Então, o imigrante vem sofrendo tudo isso. (...) ele está entrando e até onde é que isso vai, porque qualquer imigrante eu acho que ele tem muito medo de... das coisas começarem... eles falarem uma coisa e depois ir para outro nível, procurar na vida dele... (...) [entrevistas] vão entrando na vida pessoal da pessoa, então isso é muito ruim para nós, muito difícil. (...) quando eu cheguei, Portugal precisava de muita mão-

de-obra, precisou de muita. Eu acho que foi o Governo que abriu as mãos, abriu as mãos e recolheu todo o mundo. (...) muitos imigrantes estão desempregados. (...) O próprio país não pensou nisso, os próprios governantes não pensaram nisso. Abriram mão. (...) eles não pensaram no que poderia acontecer depois. E eu acho que essa tragédia está acontecendo, está entrando mais imigrantes, é uma pena. (...) ‘(...) vou para Portugal, daqui a seis meses, cinco, seis meses, eu vou vir para o Brasil. Ah, lá ganha bem.’ Só que esquecem que a vida que nós temos é difícil, é cara, a renda é cara, tudo se torna caro. O dinheiro que você ganha, o dinheiro que eu ganho, que eu vivo em Portugal hoje, que eu quase mando nada para o Brasil, (...) Não tenho condições de juntar o dinheiro suficiente para eu falar, ‘Ah, hoje eu vou viver no Brasil, satisfeito, vou viver rico’. Jamais. (...) muitos [imigrantes] não querem ser legalizados. (...) porque eles precisam de ganhar mais dinheiro. (...) ainda não se decidiram, ‘Vou ficar, não vou ficar?’, (...)” Há pessoas a ir embora. “Mas também ainda há pessoas que chegam aqui pela primeira vez, vindo para Portugal para trabalhar, porque ainda se pode trabalhar sem papéis. (...) Portugal ainda têm uma situação muito feliz com autoridades, não são controlados pela polícia,”

“(...) não vejo lá grandes envolvimento de brasileiros com a justiça na prisão. (...) Ouvi isso sim, de prisão de outros grupos, de africanos, principalmente, (...) Não há muito problema com justiça e prisão para os brasileiros. (incompreensão) e tudo o mundo sabe do problema da criminalidade no Brasil. Mas quem vem para cá, vem de boa fé. É uma mudança de vida.”

Estados-de-espírito para enquadrar e compreender fenómenos migratórios em Portugal

Face aos mesmos estímulos, um pedido de explicações sobre se o medo que nos pareceu ser vivido, expressa ou encapotadamente, entre os imigrantes pobres de Lisboa era real, os nossos convidados reagiram de formas significativamente diversas, de acordo com as respectivas diferentes maneiras de viver os problemas da imigração em Portugal. Nenhum, porém, negou a hipótese e, pelo contrário, foram avançadas explicações variadas sobre as causas remotas e actuais, históricas e permanentes, de sentimentos de medo que alguns reconheceram parecer-lhes, também a eles, recorrentes no seu contacto como imigrantes pobres. Uma dessas explicações foi a sensação, cientificamente comprovada, de discriminação judicial contra imigrantes pobres, cf. Seabra e Santos (2005), que é extensível à execução de penas, de forma sentida como intencional e arbitrariamente penalizadora, até porque, ao mesmo tempo, as autoridades competentes não parecem interessadas em evitar que os tipos de sistemas criminosos que tiram proveitos das características culturais dos jovens de segunda geração, descendentes de africanos, continuem a actuar impunemente.

Ao mesmo tempo fica evidente o interesse próprio dos imigrantes nos respectivos processos de imigração e de legalização, que os afastará de modos de vida que tinham nos países de origem. É esse interesse que permite a exploração da sua força de trabalho pelos traficantes de imigrantes, pelos que com eles organizam a recepção aos imigrantes em Portugal, pelas autoridades que entendem ser legítimo mante-los em condições de precariedade, mesmo quando trabalham em obras directamente adjudicadas sob a sua tutela, cujos benefícios materiais podem ser partilhados – se é certo o que é público e não desmentido – entre empreiteiros e organizações políticas que controlam os processos legislativos. Fora dos quadros normativos existentes, apesar da ciclicidade acelerada de novas leis, os imigrantes pobres são as primeiras e geralmente únicas vítimas das suas próprias denúncias. Mantendo-se, desse modo, não apenas a

clandestinidade dos imigrantes como a clandestinidade da economia que nos explora e, com elas, a invisibilidade organizada de muitos dos aspectos da vida do imigrante pobre aos olhos das instituições judiciais e dos seus diversos actores, que ainda assim podem escolher, como dizia um informante, ver a diferença entre vítimas de práticas criminosas recorrentes e criminosos.

O primeiro desejo e esperança dos imigrantes, pelo menos os de primeira geração, é o de saírem deste ciclo de exploração e precariedade profissional e social, que mesmo assim, em comparação com a vida que abandonaram nos países de origem, lhes pode parecer preferível. Essa preferência é reforçada pelo hábito de viver a condição imigrante por muito tempo, acabando por se adaptar às circunstâncias e esquecer as melhores expectativas, como aconteceu aos velhos imigrantes africanos citados por terem sido abandonados por já não terem força para sequer pedir auxílio. É também reforçada pela impossibilidade material e moral de retornar ao país de origem, seja porque lá se vivem circunstâncias de guerra ou de colapso económico, seja porque as condições de convívio com as famílias e amigos que ficaram parece difícil ou mesmo impossível. Ora, o que acontece, como refere um dos intervenientes no colóquio, é que as circunstâncias que produzem o sentimento generalizado e facilmente compreensível de medo também inibem a expressão das expectativas e confiança – por vezes materialmente pouco sustentada – que necessariamente acompanham toda a aventura migratória humana. Anunciar os planos de vida, discutir as condições de oportunidade de a melhorar, são actividades impróprias que podem causar desgostos e problemas, pois podem ser aproveitadas, por formas insuspeitas, por companheiros(as) – também eles(as) à procura de subir na vida – e colegas ou patrões, que se podem antecipar às intenções de quem faz a declaração. A confiança no sucesso e na melhoria das condições de vida é um sentimento íntimo, que deve ser tratado como o fogo o era pelas primeiras comunidades humanas: como uma fé e algo de sagrado de que depende a própria energia vital.

É essa energia vital, ainda que escondida nos corações dos imigrantes pobres, digamos assim, que atrai os que com eles trabalham, seja para fins de orientação religiosa, para fins de afirmação e confirmação das opções de vida religiosa, cívica ou política, em qualquer caso para troca de sociabilidades e de influências que se esperam benéficas, muitas vezes mais do lado dos que procuram os imigrantes que do lado destes últimos, condicionados como estão pela sua condição e por todo o tipo de oportunismos que atraem de todos os lados, como alguém disse.

As quatro sessões que descrevemos acima podem ser tomadas como exemplos de estados-de-espírito desenvolvidos e imbuídos nas estratégias de aproximação aos imigrantes pobres em Lisboa, que por sua vez se reflectem nas mensagens que nos deixaram os quatro grupos de pessoas. Têm a vantagem de terem sido claramente distintas umas das outras e interpretáveis no nosso quadro teórico de referências.

É natural que a simplificação de linguagem de que vamos tendo necessidade de fazer uso, no sentido de clarificar as nossas interpretações, faça economia de aspectos relevantes do que foi dito e das realidades que queremos atingir. Porém, produzir trabalhos sociológicos significa, de facto, fazer escolhas não apenas na definição do programa de estudos mas também na interpretação dos dados obtidos. Sendo muitas vezes justo, para quem conheça a realidade abordada directamente e em profundidade, queixar-se de ligeireza e da superficialidade das observações cientificamente credibilizadas. A esperança do investigador é de que essas observações críticas possam ser ouvidas e ajudem a completar os conhecimentos científicos e, estes, ajudem a enriquecer os saberes comuns, de preferência com resultados práticos positivos para a

liberdade de expressão dos imigrantes e para o aumento da sua capacidade de reagir contra as explorações e as conspirações de que são frequentemente alvo.

Os religiosos portugueses centraram as suas atenções nos eixos afectivos e sentimentais, isto é nos problemas básicos de sobrevivência humana (incluindo direitos e adições reprodutivas), através de uma estratégia de mobilização da sua própria vida comunitária religiosa como forma de defesa contra as instituições (incluindo os níveis superiores da sociedade) e contra as adversidades em geral. Fazem-no em nome de uma instituição especial, a Igreja Católica, cujos contornos institucionais como que fenecem e se diminuem perante as instituições nacionais laicas, colocando-se, como repetem, ao lado dos pobres e dos desfavorecidos. Mais adiante exporemos as expressões que concretizam esta nossa análise. De momento apenas queremos contrastar este estado de espírito a que fomos conduzidos nesta primeira sessão aos estados-de-espírito das outras sessões:

Os membros das associações tradicionais de imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa centraram-se no que chamámos plano antropológico, isto é na oposição entre as comunidades imigrantes e as instituições estatais, em particular nos obstáculos persistentes, evidentes, calculados, eventualmente evitáveis à integração dos membros das comunidades na sociedade. Sente-se uma negatividade atávica que se quer ultrapassar, mas que se torna socialmente recorrente e mesmo natural, digamos assim, de tal modo que o discurso da integração social se produz a partir do lugar da comunidade.

As associações de serviços, como as classificámos, por sua vez, descentram-se quanto podem do comunitarismo das associações tradicionais mas partilham com estas a pressão junto das instituições sociais (em particular do Estado). Neste caso não é a comunidade que é apresentada como receptáculo privilegiado das acções de integração social, mas antes o direito geral, a confiança de que a dignidade humana dos imigrantes decorre do seu reconhecimento voluntarístico institucional, acusado de beneficiar perversamente das determinações produzidas calculadamente para tornar utilitária, do ponto de vista económico, a estadia dos não-nacionais.

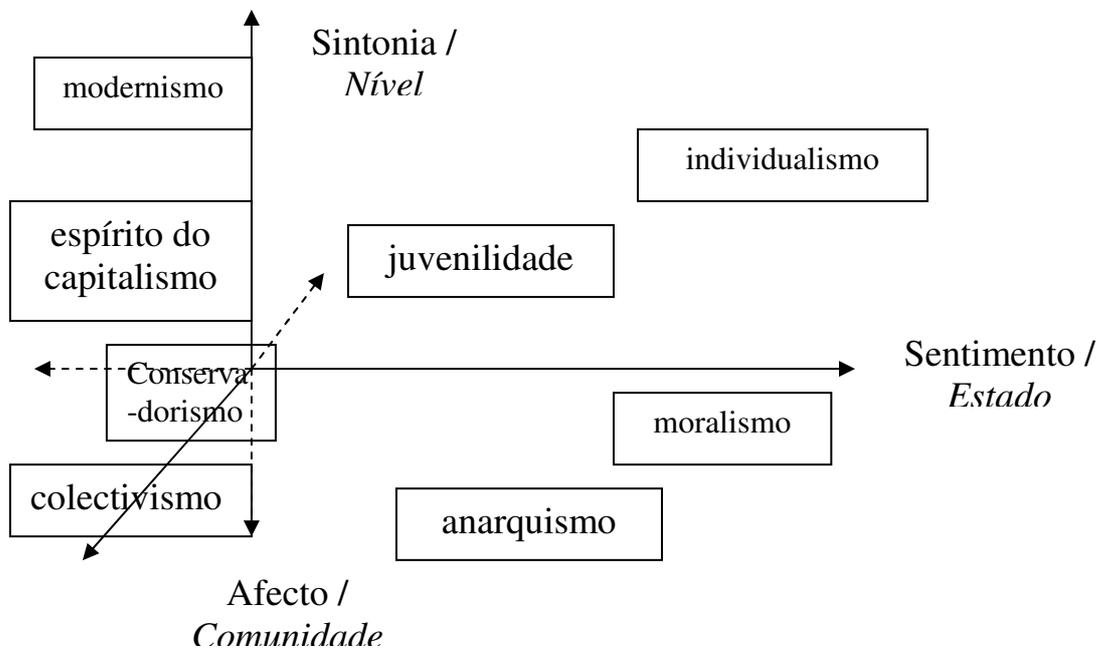
Já no caso dos religiosos não-nacionais o ambiente tornou-se muito mais parecido com o ambiente das entrevistas, caracterizadas pelo que chamámos medo e respectiva contenção pessoal e mental. Graficamente pode interpretar-se este estado-de-espírito como a reacção de um ouriço-cacheiro ou um bicho-de-conta quando ameaçados: recolhem-se em torno do seu mínimo ser, junto da origem dos eixos.

Fig 3.3. - Estados-de-espírito das quatro sessões do colóquio

Sessão do colóquio	Estado-de-espírito
com religiosos portugueses (Moral acrata + proselitista fraternal) Marx + Leste	Ênfase no plano bioético e nos octantes de sintonização negativa (anti-institucional, digamos assim) mas de sentimento positivo (boa relação com estados de morbilidade)
com associações comunitárias (colectivismo + modernismo)	Ênfase no plano antropológico e nos octantes de sentimentos negativos,

Weber + Africa	(ressentidos) mobilizados pelo espírito comunitário (colectivista) e pelo espírito modernista (apelos às intervenções voluntaristas)
com associações de serviços (conservadorismo + modernismo) Durkheim + Estado	Ênfase no plano jurídico e nos octantes de sentimentos e afectos negativos (ressentimentos e desafeição comunitária), quando a intervenção institucional é o centro das atenções
com religiosos comunitários (medo + adaptação) anomia	Quando a presença do medo se revela já não só como objecto de análise, mas também como limite às interacções entre os intervenientes

Fig 3.4. - Octantes do espaço de análise de estados de espírito



Observando as hipóteses de nomeação avançadas para os octantes (tomadas como referências heurísticas) contribuirão elas para um acréscimo de sentido analítico, neste

caso concreto? Tendo em conta a memória que temos da experiência e da leitura das transcrições do colóquio, parece-nos ser de responder afirmativamente. Mesmo antes de procedermos à prova analítica, isto é à selecção das frases e dos sentidos mais relevantes do que ficou expresso no colóquio, mobilizando apenas a memória, é-nos possível avançar propostas de classificação dos estados-de-espírito vividos em cada uma das sessões, conforme se sintetizam no quadro seguinte: